

2013



Balanço Preliminar das Economias
da América Latina e do Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

2013



Balanço Preliminar das Economias
da América Latina e do Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária-Executiva

Antonio Prado
Secretário-Executivo Adjunto

Juan Alberto Fuentes
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Publicações e Serviços Web

O *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2013 esteve chefiada por Juan Alberto Fuentes, Diretor da Divisão, e a coordenação geral esteve a cargo de Jürgen Weller.

Para a realização deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, das sedes sub-regionais da CEPAL no México e em Port of Spain e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevideú e Washington, D.C.

O informe regional foi elaborado por Juan Alberto Fuentes com insumos dos seguintes expertos: Luis Felipe Jiménez, Alexander Loschky, Cameron Daneshvar e Guillermo Fuentes (setor externo), Ricardo Martner, Michael Hanni e Ivonne González (política fiscal), Ramón Pineda, Rodrigo Cárcamo, Yúsuke Tateno e Alejandra Acevedo (política monetária, cambial e macroprudencial), Sandra Manuelito e Seung-jin Baek (atividade e preços) e Jürgen Weller (emprego e salários). Sandra Manuelito, Alexander Loschky e Claudio Aravena realizaram as projeções econômicas, com a colaboração das sedes sub-regionais e dos escritórios nacionais. Jazmín Chiu, Giannina López e Carolina Serpell colaboraram com a preparação da informação estatística e a apresentação gráfica.

As notas sobre os países se baseiam nos estudos realizados pelos seguintes expertos: Olga Lucía Acosta, Dillon Alleyne, Rodrigo Cárcamo, Cameron Daneshvar, Maria Kristina Eisele, Guillermo Fuentes, Stefanie Garry, Randolph Gilbert, Michael Hanni, Michael Hendrickson, Juan Pablo Jiménez, Luis Felipe Jiménez, Osvaldo Kacef, Alexander Loschky, Sandra Manuelito, Rodolfo Minzer, Carlos Mussi, María Odriozola, Ramón Padilla, Machel Pantin, Renata Pardo, Willard Phillips, Juan Carlos Ramírez, Indira Romero, Sebastian Valdecantos, Daniel Vega, Francisco Villarreal, Kohei Yoshida e Willy Zapata.

As notas sobre os países se encontram no seguinte enlace: www.cepal.org.

A data limite de atualização da informação apresentada nesta publicação foi 29 de novembro de 2013.

Notas explicativas

Nos quadros da presente publicação se empregaram os seguintes símbolos:

- Três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam por separado ou não estão disponíveis.
- Um traço (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.
- A vírgula (,) se usa para separar as casas decimais.
- A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação contrária.

Publicação das Nações Unidas

LC/G.2581-P

En copyright © Nações Unidas, fevereiro de 2014. Todos os direitos reservados

Impresso em Santiago do Chile • 2013-1029

A autorização para a reprodução total ou parcial desta obra deve ser solicitada ao Secretário da Junta de Publicações, Sede das Nações Unidas, Nueva York, N.Y. 10017, Estados Unidos. Os Estados membros e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem prévia autorização. Solicita-se apenas a menção da fonte e que informem às Nações Unidas de tal reprodução.

Índice

Resumo executivo	7
Capítulo I	
O contexto internacional	13
Capítulo II	
A atividade econômica	15
Em 2013, a América Latina e o Caribe mantiveram um crescimento baixo	15
Como em anos anteriores, a demanda interna impulsionou o crescimento	16
O comércio, a construção e os serviços financeiros e empresariais foram os setores que mostraram maior dinamismo	17
Capítulo III	
Emprego e salários	19
Desacelerou-se a geração de emprego	19
Aumentou o desemprego dos jovens	21
A desaceleração do emprego ocasionou um menor crescimento da massa salarial, que contribuiu ao menor dinamismo do consumo privado	23
Capítulo IV	
O setor externo	25
Deteriorou-se a conta corrente do balanço de pagamentos	25
Houve uma moderada deterioração dos termos de troca	26
A conta corrente se deteriorou devido a um menor superávit da balança de bens e a um leve aumento do déficit da balança de serviços	27
O saldo negativo da balança de rendas cresceu e o saldo positivo em transferências correntes diminuiu levemente	29
A volatilidade financeira internacional favoreceu a mudança na composição da conta financeira da América Latina e do Caribe em 2013	30
A deterioração do setor externo se traduziu em um menor crescimento da renda nacional bruta disponível, fazendo com que o financiamento do investimento se tornasse mais dependente da poupança externa	34
Capítulo V	
As políticas	37
Frente à desaceleração das economias, as metas fiscais se modificaram para dar espaço a políticas moderadamente anticíclicas	37
O gasto manteve sua tendência de alta na maioria dos países da região	41
Recentes reformas tributárias e crescentes receitas de hidrocarbonetos impulsionaram um aumento nas receitas fiscais da região	43
Os esforços da política monetária estiveram orientados a sustentar a demanda interna e a enfrentar a volatilidade financeira internacional	44
As diferenças de política monetária se refletem em diferentes trajetórias inflacionárias	47
Aumentou a volatilidade cambial	49
Deixou-se de acumular reservas internacionais	50
A região adotou diversas políticas macroprudenciais	51
Capítulo VI	
Perspectivas	53
Publicações da CEPAL	57

Quadros

Quadro 1	Produto interno bruto, taxas de variação	8
Quadro III.1	América Latina e Caribe (países selecionados): elasticidade simples emprego-produto e emprego assalariado-produto, 2012 e 2013	20
Quadro III.2	América Latina e Caribe (países selecionados): variação das taxas de participação, ocupação e desemprego, jovens e adultos, média do primeiro ao terceiro trimestre de 2013 em relação a mesmo período do ano anterior	22
Quadro III.3	Novas políticas trabalhistas, 2013	23
Quadro IV.1	América Latina (17 países): componentes do balanço de pagamentos	31
Quadro IV.2	América Latina (17 países): componentes da conta financeira	32
Quadro IV.3	América Latina e Caribe (15 países): indicadores de risco país, representado pelo índice de bônus de mercados emergentes (EMBIG)	33
Quadro V.1	América Latina e Caribe: indicadores fiscais do governo central, resultado fiscal 2012 e variações estimadas dos gastos e receitas, 2012-2013	38
Quadro V.2	América Latina e Caribe: medidas e reformas das finanças públicas, 2013	40
Quadro V.3	América Latina e Caribe: taxas de variação em 12 meses do IPC e do índice de preços dos alimentos, média simples, dezembro de 2012 e outubro de 2013	47
Quadro V.4	América Latina e Caribe: medidas de política monetária, cambial e macroprudencial adotadas em 2013	52

Gráficos

Gráfico I.1	Crescimento real do PIB por regiões e países selecionados, 2010-2014	13
Gráfico II.1	América Latina e Caribe: projeções do crescimento do PIB, 2013	15
Gráfico II.2	América Latina e Caribe: produto interno bruto trimestral, taxa de variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, 2010 a terceiro trimestre de 2013	16
Gráfico II.3	América Latina: taxa de variação do PIB e contribuição ao crescimento dos componentes da demanda interna e das exportações líquidas, 2002-2013	17
Gráfico III.1	América Latina e Caribe: crescimento econômico e variação da taxa de ocupação, 2000-2013	20
Gráfico III.2	América Latina (10 países): variação interanual das taxas de ocupação e desemprego, primeiro trimestre de 2008 a terceiro trimestre de 2013	21
Gráfico III.3	América Latina e Caribe (15 países): variação interanual das taxas de participação, ocupação e desemprego por sexo, média do primeiro ao terceiro trimestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior	21
Gráfico III.4	América Latina (países selecionados): variação interanual do emprego formal, primeiro semestre de 2012 a terceiro trimestre de 2013	22
Gráfico IV.1	América Latina: estrutura da conta corrente, 2006-2013	25
Gráfico IV.2	América Latina: índices de preços de produtos básicos de exportação e manufaturas, 2009-2013	26
Gráfico IV.3	América Latina: taxa de variação estimada dos termos de troca, 2009-2013	27
Gráfico IV.4	Variação interanual das importações da União Europeia, Estados Unidos, China e dos países do grupo BRICS (sem China), primeiro trimestre de 2011 a terceiro trimestre de 2012	28
Gráfico IV.5	América Latina: variação estimada do valor das exportações, segundo a contribuição do volume e do preço, 2013	28
Gráfico IV.6	América Latina: variação estimada do valor das importações, segundo a contribuição do volume e do preço, 2013	29
Gráfico IV.7	América Latina e Caribe: variação interanual da chegada de turistas internacionais, 2009 a janeiro-agosto de 2013	29
Gráfico IV.8	América Latina e Caribe (países selecionados): taxa de variação das receitas de remessas de emigrados, 2011 a 2013	30
Gráfico IV.9	América Latina: emissões de bônus externos e risco país, 2010-2013	33
Gráfico IV.10	América Latina: taxa de variação da renda nacional bruta disponível e do PIB, 2003-2013	34
Gráfico IV.11	América Latina: contribuição dos ganhos derivados da variação dos termos de troca, do pagamento líquido de rendas ao exterior e das transferências correntes líquidas ao diferencial das taxas de variação do PIB e da renda nacional bruta disponível, 2004-2013	35
Gráfico IV.12	América Latina: financiamento do investimento, 1990-2013	35

Gráfico V.1	América Latina (19 países): indicadores fiscais do governo central, 2012-2013.....	38
Gráfico V.2	América Latina e Caribe: resultado fiscal global e dívida pública, 2013	39
Gráfico V.3	América Latina e Caribe: gasto do governo central, 2012-2013	42
Gráfico V.4	América Latina e Caribe: gasto de capital do governo central, 2012-2013	42
Gráfico V.5	América Latina e Caribe: receitas fiscais totais e receitas tributárias do governo central, por sub-regiões e grupos de países, 2012-2013.....	43
Gráfico V.6	Taxas de referência da política monetária em países com esquema de meta de inflação.....	45
Gráfico V.7	América Latina e Caribe: crescimento anualizado do agregado monetário M1, 2011-2013	45
Gráfico V.8	América Latina e Caribe: crescimento anualizado do crédito interno para o setor privado, outubro de 2010 a setembro de 2013	46
Gráfico V.9	América Latina (países selecionados): evolução do mercado de valores, janeiro de 2007 a setembro de 2013	46
Gráfico V.10	América Latina e Caribe: taxas de inflação em 12 meses, média simples, janeiro de 2007 a outubro de 2013	48
Gráfico V.11	América Latina: taxa de variação em 12 meses do IPC, do índice preços dos alimentos e da inflação subjacente, média simples, janeiro de 2007 a outubro de 2013	49
Gráfico V.12	México, Peru e Uruguai: taxa de câmbio nominal em relação ao dólar dos Estados Unidos, janeiro de 2011 a novembro de 2013	49
Gráfico V.13	Países selecionados: taxa de câmbio nominal em relação ao dólar dos Estados Unidos	50
Gráfico V.14	América Latina e Caribe (27 países): reservas internacionais brutas como proporção do PIB, 2012 e 2013	51
Gráfico VI.1	América Latina e Caribe: projeções do crescimento do PIB, 2014.....	53

Resumo executivo

O escasso dinamismo da economia internacional e a volatilidade financeira caracterizaram a economia mundial em 2013

O crescimento econômico mundial se reduziu de 2,4% em 2012 a 2,1% em 2013, com indícios de alguma recuperação durante o segundo semestre, que coincidiu com um alto grau de volatilidade financeira. Em termos anuais, em 2013 a zona do euro em seu conjunto apresentou uma nova contração, de 0,6%, devido à continuidade da crise financeira e aos esforços para contê-la, expressados principalmente em programas de austeridade fiscal que reduziram a demanda interna e as importações oriundas do resto do mundo. Os Estados Unidos registraram em 2013 um crescimento moderado, em parte pela dificuldade de chegar a um acordo no plano fiscal, que desencadeou medidas automáticas de redução do gasto.

A falta de acordos orçamentários duradouros e os anúncios de alterações na política monetária dos Estados Unidos também atuaram fatores de turbulência. Especificamente, em maio e em junho do presente ano a volatilidade dos mercados financeiros internacionais aumentou, depois que a Reserva Federal dos Estados Unidos anunciara uma possível moderação do programa de compra de ativos, dependendo da evolução econômica do país e, em particular, do desemprego. Em consequência, os agentes financeiros tentaram antecipar-se a essa mudança readequando suas carteiras, o que provocou uma alta dos rendimentos dos ativos financeiros dos Estados Unidos e uma tendência à apreciação do dólar. Desde maio também se elevaram significativamente os prêmios de risco dos países emergentes, em particular da América Latina. Em setembro, dado que o desemprego ainda não alcançava a meta de 6,5% nos Estados Unidos, a Reserva Federal especificou em um novo anúncio que as mudanças em sua política monetária não eram iminentes, o que fez subir os índices dos mercados de ações, baixar o rendimento dos títulos dos Estados Unidos e apreciar as moedas de vários países da América Latina, revertendo parte dos efeitos causados pelo anúncio inicial.

Em 2013 a região apresentou um crescimento modesto, impulsionado pela demanda interna

Em 2013 o PIB da América Latina e do Caribe cresceu 2,6%, cifra inferior aos 3,1% registrados em 2012. Este resultado ilustra a continuidade da desaceleração econômica regional que vem se manifestando desde 2011. Não obstante, houve diferenças importantes nos ritmos de crescimento dos países. O baixo crescimento regional em 2013 responde, em parte, ao escasso dinamismo das duas maiores economias da América Latina e do Caribe: Brasil (2,4%) e México (1,3%)¹. Cresceram mais de 5% o Paraguai, Panamá, Estado Plurinacional da Bolívia e Peru, enquanto a Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Nicarágua e Uruguai tiveram um crescimento entre 4% e 5%. Por sub-regiões, a América do Sul anotou um crescimento de 3,3%, taxa um pouco menor que os 3,7% registrados pelo Istmo Centro-Americano mais Haiti e República Dominicana, enquanto persistia o baixo crescimento (1,3%) do Caribe de língua inglesa e holandesa (veja o quadro 1).

¹ Estas duas economias representam cerca de 63% do PIB total da América Latina e do Caribe.

Quadro 1
Produto interno bruto, taxas de variação
(Com base em dólares a preços constantes de 2005)

País	2011	2012	2013^a	2014^b
Argentina	8,9	1,9	4,5	2,6
Bolívia (Estado Plurinacional da)	5,2	5,2	6,4	5,5
Brasil	2,7	1,0	2,4	2,6
Chile	5,9	5,6	4,2	4,0
Colômbia	6,6	4,2	4,0	4,5
Costa Rica	4,4	5,1	3,2	4,0
Cuba	2,8	3,0	3,0	3,0
Equador	7,8	5,1	3,8	4,5
El Salvador	2,2	1,9	1,7	2,6
Guatemala	4,2	3,0	3,4	3,5
Haiti	5,6	2,8	4,0	4,5
Honduras	3,8	3,9	2,6	3,0
México	3,8	3,9	1,3	3,5
Nicarágua	5,4	5,2	4,6	5,0
Panamá	10,9	10,8	7,5	7,0
Paraguai	4,3	-1,2	13,0	4,5
Peru	6,9	6,3	5,2	5,5
República Dominicana	4,5	3,9	3,0	5,0
Uruguai	6,5	3,9	4,5	3,5
Venezuela (República Bolivariana da)	4,2	5,6	1,2	1,0
Subtotal Istmo Centro-Americano, Haiti, e República Dominicana	5,1	4,7	3,7	4,5
Subtotal América Latina	4,4	3,1	2,6	3,2
Antígua e Barbuda	-2,0	3,3	1,5	1,5
Bahamas	1,7	1,8	1,6	2,5
Barbados	0,8	0,0	-0,7	1,0
Belize	2,1	4,0	1,6	2,8
Dominica	0,2	-1,1	-0,5	1,2
Granada	0,8	-1,8	1,5	1,3
Guiana	5,4	4,8	4,8	4,6
Jamaica	1,4	-0,5	0,1	1,2
São Cristóvão e Névis	1,7	-1,2	1,6	2,9
São Vicente e Granadinas	-0,4	1,6	2,1	1,4
Santa Lúcia	1,4	1,3	1,1	2,3
Suriname	4,7	4,4	3,9	4,7
Trinidad e Tobago	-1,6	1,5	1,6	2,1
Subtotal Caribe	0,5	1,2	1,3	2,1
América Latina e Caribe	4,3	3,1	2,6	3,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Estimativas.

^b Projeções.

O crescimento regional esteve impulsionado principalmente pela continuidade do dinamismo da demanda interna, sobretudo do consumo, que aportou 2,8 pontos percentuais do crescimento do PIB, enquanto o investimento aportava 0,9 pontos percentuais e se reduzia levemente o aporte negativo das exportações líquidas (-0,8 pontos percentuais).

Em 2013 a região mostrou uma nova, mas pequena, redução da taxa de desemprego, que passou de 6,4% em 2012 a 6,3%, porém o que causou este descenso não foi a geração de emprego, e sim a desaceleração da oferta de trabalho, que se expressa em uma redução da taxa global de participação. Na prática se combinou uma menor geração de emprego, como parte de um processo de menor dinamismo dos setores não transáveis (comércio, construção, serviços básicos, sociais e pessoais) que dependem mais do consumo e que são intensivos no uso de mão de obra; e uma menor busca de trabalho por parte dos membros de muitas famílias, em vista de oportunidades de emprego restringidas e ante a persistência de condições favoráveis para aqueles que, depois de vários anos de expansão do emprego, já tinham trabalho. A falta de dinamismo observada na geração de emprego em 2013 na região se refletiu num aumento do desemprego dos mais jovens, o que pode ser atribuído a que um esfriamento da geração de emprego costuma afetar primeiro aqueles que estão chegando ao mercado de trabalho, onde geralmente os jovens aparecem em maior proporção.

Deteriorou-se o setor externo

Em 2013 houve uma clara deterioração do setor externo, refletida num aumento do déficit da conta corrente do balanço de pagamentos, que passou de 1,8% em 2012 para 2,5% do PIB em 2013, principalmente como resultado de um aumento das importações superior ao das exportações de bens. Nisso incidiu uma generalizada deterioração dos termos de troca, compensada parcialmente pelo aumento em volume das exportações da região.

À conseguinte redução do superávit da balança de bens da região se agregou um leve aumento do déficit da conta de serviços, devido, sobretudo, a um menor dinamismo do turismo e maiores custos de transporte; a um leve aumento do déficit da balança de rendas, como resultado de um incremento dos pagamentos de lucros e dividendos originados principalmente no Brasil e no México, e a uma modesta redução do superávit da balança de transferências correntes, influenciada pela redução das remessas de trabalhadores para o México, que não obstante, aumentaram em vários países centro-americanos.

A deterioração do setor externo da região teve várias consequências. Primeiro, como já constatado, se manteve o aporte negativo das exportações líquidas reais ao crescimento do PIB. Segundo, houve uma menor expansão do consumo ante um crescimento menor da renda nacional bruta disponível em comparação com o crescimento do PIB, devido, em parte, à deterioração dos termos de troca —que afetou principalmente os países da América do Sul— e em parte à redução das remessas recebidas pelo México.

Terceiro, a deterioração do setor externo, refletido em um maior déficit da conta corrente e em uma menor renda disponível, também significou que o investimento da região em seu conjunto fosse financiado por uma proporção de poupança externa maior que em 2012, reforçando a tendência que em 2010 já havia começado a se manifestar, depois de vários anos (2003-2007) em que havia sido financiado pela poupança nacional. O fato de que o coeficiente de investimento bruto como proporção do PIB (medido em dólares correntes) se mantivesse constante e baixo (21,4%), com taxas especialmente reduzidas em alguns países centro-americanos, e com uma proporção crescente de financiamento correspondente a poupança externa (cujo custo financeiro estaria aumentando na medida em que os estímulos monetários sejam retirados) suscita desafios de sustentabilidade do crescimento no futuro.

A volatilidade financeira internacional favoreceu mudanças na composição da conta financeira do balanço de pagamentos da América Latina e do Caribe em 2013, que apresentou três características. Primeira, o investimento estrangeiro direto líquido se manteve em níveis altos. Segunda, a continuidade das baixas taxas de juros externas, embora com expectativas de possíveis aumentos no futuro, propiciou o afluxo à região de investimento líquido de carteira, em especial daquele sob a forma de emissão de bônus externos por parte de agentes corporativos privados, soberanos e quase-soberanos, incluindo um crescente número de países centro-americanos e do Caribe, além do México e outros países da América do Sul.

Terceira, e em contraste com o sucedido com o investimento de carteira, os anúncios de um iminente giro da política monetária dos Estados Unidos ocasionaram uma alta dos rendimentos globais dos ativos financeiros, induzindo um aumento das saídas líquidas dos componentes mais voláteis do financiamento externo. O resultado líquido destes três efeitos foi que a saída de capitais de curto prazo foi compensada pela emissão de bônus e a chegada de investimento estrangeiro direto, mantendo virtualmente constante o balanço da conta financeira para a região em seu conjunto. A combinação de um saldo positivo na conta financeira com um aumento do déficit da conta corrente se refletiu em que se deixara de acumular reservas internacionais em 2013, interrompendo a tendência observada nos últimos 10 anos para a região em seu conjunto, embora com presença de divergências entre países.

As políticas macroeconômicas se orientaram a sustentar a demanda interna e a enfrentar a volatilidade financeira internacional

Frente ao menor dinamismo do crescimento e à deterioração do setor externo, as metas da política fiscal na região se flexibilizaram, o que na maioria dos países foi possível, graças às condições favoráveis de acesso a financiamento, com taxas de juros historicamente baixas. O gasto público (como proporção do PIB) aumentou moderadamente na maioria dos países, incluindo um maior gasto em capital, com exceção do Brasil e do México. Houve alguma deterioração das contas fiscais em vários países exportadores de hidrocarbonetos, principalmente por um maior aumento de seu gasto público e, no caso dos exportadores de minerais e metais, devido a uma redução das receitas fiscais associadas a preços menos favoráveis de seus produtos de exportação.

Alguns países centro-americanos e da América do Sul continuaram enfrentando sérios desequilíbrios fiscais, enquanto em vários do Caribe estes desequilíbrios se somaram a margens precárias para um endividamento adicional, o que veio a constituir uma base para iniciar profundos processos de ajuste fiscal em alguns deles. Para a América Latina o déficit global alcançou 2,4 pontos do PIB e o saldo primário, corrigido pelo serviço da dívida, ascendeu a -0.6 pontos percentuais do PIB, o desempenho menos favorável desde 2009. Em conjunto, os países do Caribe apresentaram uma redução do déficit, com um resultado global de -3.0 pontos percentuais do PIB.

No segundo semestre de 2013 a média das taxas de inflação dos países da América Latina e do Caribe mostrou um ligeiro incremento em relação aos meses anteriores, com o que a taxa média de inflação dos países da região se manteve em alta durante o ano. A República Bolivariana da Venezuela e a Argentina foram as duas economias da região que mostraram as taxas de inflação mais elevadas, seguidas da Jamaica, Estado Plurinacional da Bolívia e Uruguai, porém na maior parte dos países da região predominaram taxas de inflação inferiores a 5%.

Ante um panorama de menor inflação, de alguma desaceleração do crescimento econômico e de instabilidade financeira, muitos países orientaram sua política monetária a sustentar a demanda interna e a enfrentar a volatilidade financeira internacional, mediante a redução de suas taxas de juros de referência —com exceção do Brasil no caso dos bancos centrais com regime de metas de inflação— ou favorecendo um crescimento estável dos agregados monetários. A instabilidade financeira e as menores pressões de apreciação cambial contribuíram a uma menor acumulação de reservas internacionais, como já mencionado, e alguns países intervieram diretamente nos mercados cambiais ou implementaram medidas macroprudenciais para evitar maiores flutuações do câmbio.

Perspectivas para 2014

A maior demanda externa e um crescimento modesto do consumo contribuirão para a recuperação do crescimento da América Latina e do Caribe em 2014

A recente evolução das economias dos Estados Unidos, Japão e Europa, junto com o desempenho da economia da China levemente melhor que o esperado, deu origem a um moderado otimismo nas expectativas para 2014. Assim, projeta-se que a economia mundial se expandirá a um ritmo de 2,9%, e que o crescimento se recuperará tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. Nesse contexto, se prevê alguma aceleração do crescimento do PIB da América Latina e do Caribe, que alcançaria uma taxa de expansão próxima a 3,2%, associada a um entorno externo mais favorável, que contribuiria a um aumento das exportações. Este maior crescimento regional dependerá, em parte, de que prossiga a recuperação no México e melhorem as cifras do Brasil, dado que em 2013 ambos os países cresceram a taxas inferiores à média regional.

Ao crescimento da região em 2014 seguirá contribuindo a expansão do consumo privado, embora com aportes menores que os observados em anos anteriores. Isto se deve a que a renda disponível crescerá menos que o PIB, dado que não ocorrerão melhoras significativas dos termos de troca nem fortes aumentos das remessas, que continuarão a desaceleração do crédito, já observada em 2013, e que a expansão da massa salarial será menor, uma vez que o crescimento da região provavelmente não retomará a intensidade em termos de trabalho que o caracterizou no período recente e que os incrementos dos salários reais continuarão moderando-se. Ademais, pelas razões que se explicam mais adiante, para a região em seu conjunto é pouco provável que a política fiscal contribua a um aumento significativo do consumo. Neste contexto, alcançar taxas mais altas de crescimento dependerá, em maior medida, das possibilidades de aumentar as exportações e o investimento na região.

As exportações aumentariam, mas persistiria alguma vulnerabilidade do setor externo

A recuperação parcial da economia mundial poderia abrir algum espaço para que aumente o volume exportado pela região, bem como as exportações de serviços (especialmente turismo) e o recebimento de remessas, mas o crescimento da demanda interna na região, associado a algum dinamismo do consumo e a um eventual aumento do investimento, poderia dar lugar a um incremento das importações superior ao das exportações de bens e serviços. O anterior suscita o risco de que na América Latina e no Caribe continue deteriorando-se a conta corrente do balanço

de pagamentos, como vem ocorrendo desde 2010, mas agora com perspectivas de que o custo de financiar este déficit seja maior, como consequência de uma eventual redução e reversão dos estímulos monetários adotados nos Estados Unidos e em outros países.

Devido às expectativas de uma moderação da demanda mundial de produtos básicos, se poderia registrar uma leve desaceleração dos fluxos de investimento estrangeiro direto líquido, e uma menor disponibilidade de liquidez em nível internacional a partir da redução prevista da aquisição de ativos por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos em 2014 que poderia incidir numa entrada menor de investimento de carteira e em novas saídas de fluxos financeiros externos, em particular daqueles mais voláteis, como os depósitos de curto prazo. Em suma, para a região em seu conjunto é provável que a entrada de fluxos líquidos de recursos financeiros externos em 2014 seja mais baixa. Isso poderia afetar os países da região de maneira diferenciada, já que as restrições ou riscos que surgem deste cenário serão menores para aqueles com altos níveis de reservas, um nível baixo de endividamento externo e amplo acesso aos mercados internacionais de capital, e maiores para outros que não apresentam esta situação.

A política fiscal enfrentará maiores desafios e a monetária, cambial e macroprudencial, na maioria dos países, poderiam manter as mesmas tendências

Para 2014 se prevê que a redução da liquidez internacional se traduza num endurecimento das condições de financiamento, o que provavelmente obrigará a limitar o ritmo de crescimento do gasto público, com o que se iniciará, dependendo do dinamismo de cada economia, um período um pouco mais difícil de ajuste da posição fiscal. Esta situação, junto com um ambiente de crescentes demandas dos cidadãos e bases tributárias declinantes induzirá as autoridades a considerar reformas tributárias para aumentar a arrecadação, especialmente em um marco de mudanças de governos de vários países.

Para os primeiros meses de 2014, para a região em geral, se espera também que se mantenha a tendência a relaxar a política monetária e macroprudencial, com o fim de estimular o crescimento econômico em um contexto de taxas de inflação baixas na maioria dos países. Em outras palavras, ante a desaceleração do crescimento do crédito observada em 2013, se espera que em 2014 a maioria dos países continue adotando medidas para expandir o volume de crédito e abater seu custo, tanto por meio de reduções de depósitos compulsórios em alguns casos, como mediante diminuições das taxas de juros em outros.

O cenário da economia mundial em 2014 suscita oportunidades e ameaças para a América Latina e o Caribe

A desvalorização das moedas de vários países da região nos últimos meses, eventualmente reforçada por um possível redirecionamento dos fluxos financeiros aos países desenvolvidos, em caso de sustentar-se, poderia fortalecer os incentivos para um maior investimento em setores transáveis diferentes daqueles em que se originam as exportações tradicionais da região (produtos básicos), com uma reorientação do gasto destinada a reduzir as pressões sobre a conta corrente. O anterior teria que complementar-se com a aplicação de outras políticas que apoiem o crescimento, como políticas industriais, comerciais, ambientais, sociais e trabalhistas, atendendo à pequena e média empresa com vistas a reduzir a heterogeneidade estrutural existente na região. Assim, se poderia reforçar a sustentabilidade econômica e social daquilo que deveria ser uma trajetória de crescimento com progressiva igualdade, com maiores aportes do investimento e das exportações que os do passado recente. Como destacado em outros documentos da CEPAL, este objetivo poderia ser alcançado mediante a subscrição de pactos sociais para o investimento.

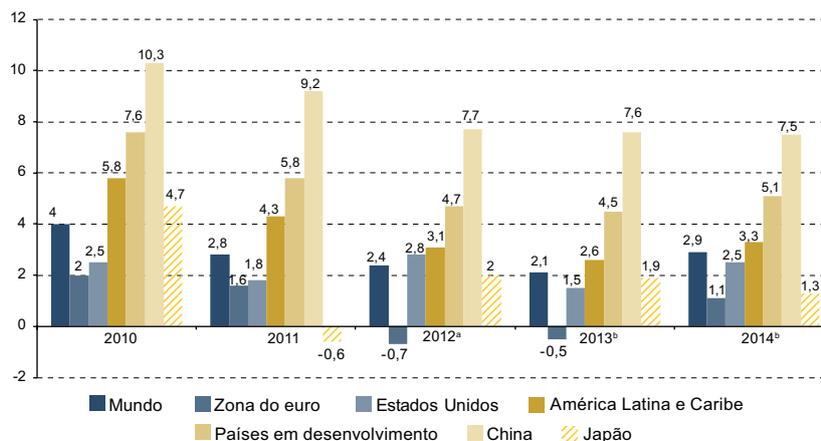
Persistem fatores de incerteza que têm marcado o entorno externo da região nos últimos anos. Entre eles se incluem a contração fiscal e o menor crescimento dos Estados Unidos que a falta de acordo nesse país ocasionaria, bem como as perspectivas incertas de alguns países da zona do euro que ainda não superam o difícil quadro de suas finanças públicas em um contexto de uma crescente fadiga social que eleva a resistência aos ajustes. Ademais, os anúncios de uma redução gradual dos estímulos monetários nos Estados Unidos e seus efeitos são apenas a fase inicial de um processo de normalização da liquidez global e das políticas monetárias dos países desenvolvidos após a crise financeira mundial. Encontra-se pendente ainda a normalização dos balanços dos bancos centrais das economias desenvolvidas, que se expandiram consideravelmente para enfrentar a crise, um processo que, para recuperar sua sustentabilidade, demandará tempo e ajustes significativos nas finanças públicas e privadas.

Capítulo I

O contexto internacional

Em 2013 a economia internacional esteve caracterizada por um baixo dinamismo, com indícios de alguma recuperação no segundo semestre, e por um alto grau de volatilidade financeira. Em 2013 o crescimento econômico mundial reduziu-se de 2,4% a 2,1%, dinâmica replicada pela queda do crescimento tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. (veja o gráfico I.1). Assim, segundo informação de julho de 2013 do Fundo Monetário Internacional, em termos anuais, a zona do euro, em seu conjunto, mostrou uma nova contração, de 0,6%, devido à persistência da crise financeira e aos esforços para contê-la, expressados principalmente em programas de austeridade fiscal que contraíram a demanda interna e as importações oriundas dos demais países do mundo.

Gráfico I.1
Crescimento real do PIB por regiões e países selecionados, 2010-2014
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais e Nações Unidas, "World Economic Situation and Prospects. Monthly Briefing"; Nova York, outubro de 2013.

^a Estimativas.

^b Projeções.

Durante o ano se observaram sinais de uma detenção da deterioração e de uma incipiente recuperação na zona do euro, manifestados em uma moderação da contração da atividade em alguns países, melhora nas expectativas dos consumidores e das gerências de compra, e menores taxas de desemprego, embora tenham permanecido altas. Ainda que os prêmios de risco país tenham se reduzido notavelmente, e diminuído o risco político na Grécia, Itália e Portugal, persiste alguma incerteza quanto à superação da crise em alguns casos (esgotamento ante as políticas de austeridade em Portugal e advertências de um novo resgate financeiro para a Grécia em 2014).

O Banco Central Europeu (BCE) assinalou que continuaria com as políticas de estímulo monetário por um tempo prolongado, mantendo taxas de juros baixas, sem descartar futuros recortes. Em concordância com o anterior, no começo de novembro de 2013, o BCE reduziu a taxa de juros de referência a um novo mínimo histórico, de 0,5% a 0,25%.

Os Estados Unidos registraram em 2013 um crescimento moderado, devido às dificuldades para chegar a um acordo no plano fiscal que desencadearam medidas automáticas de redução de gasto, além dos efeitos da crise financeira, que não se superaram inteiramente. Estima-se que, em relação ao ano anterior, o gasto fiscal de 2013 tenha baixado cerca de 5%. O déficit orçamentário passou de 8,3% do PIB em 2012 a 5,8% em 2013; dessa cifra, 2 pontos percentuais provieram de maiores receitas e 0,5 pontos percentuais de recortes no gasto, o que representa um considerável esforço de consolidação². Estes fatores de contração foram parcialmente compensados por um aumento da demanda privada, apoiada em um incipiente aumento do crédito e do emprego. No último trimestre deste ano, a falta de um acordo orçamentário traduziu-se no fechamento temporário de várias instituições do governo e, no caso da negociação de um novo teto para a dívida pública conseguiu-se apenas uma postergação de curtíssima duração (até fevereiro de 2014).

Por sua vez, os anúncios de mudanças na política monetária dos Estados Unidos também foram fatores de turbulência. Em maio e junho do presente ano, a volatilidade dos mercados financeiros internacionais aumentou, depois que a FED anunciara uma possível moderação do programa de compra de ativos, dependendo da evolução econômica do país e, em particular, do desemprego. Em consequência, os agentes financeiros tentaram antecipar-se às mudanças readequando suas carteiras, o que provocou uma alta nos rendimentos dos ativos financeiros dos Estados Unidos e uma tendência à apreciação do dólar. De aí surgiram pressões para a depreciação cambial nas economias emergentes, especialmente naquelas mais integradas aos mercados financeiros internacionais. Também, desde maio, os prêmios de risco dos países emergentes, e em particular para a América Latina, se elevaram significativamente. Em setembro, dado que o índice de desemprego ainda não baixava para a meta de 6,5%, a Reserva Federal formulou um novo anúncio de adiar as mudanças da sua política monetária, que fez subir os índices do mercado de ações, baixar o rendimento dos títulos do tesouro dos Estados Unidos e apreciar as moedas de vários países da América Latina, revertendo parte das mudanças ocasionadas pelo anúncio inicial.

O menor crescimento nos países desenvolvidos traduziu-se em uma menor demanda das exportações provenientes de países em desenvolvimento. Em particular, a taxa de crescimento da China se reduziu em relação aos anos anteriores, ao registrar um menor ritmo de expansão de suas exportações. Isto motivou uma reorientação da estratégia de desenvolvimento neste país, com o fim de outorgar um maior peso ao consumo em detrimento das exportações e do investimento, como se havia observado até o momento.

Durante o segundo semestre do ano começaram a serem observados os primeiros indícios de uma inflexão no dinamismo da economia mundial. Assim, várias economias desenvolvidas, em particular a dos Estados Unidos, mostraram sinais de recuperação incipiente, expressos em aumentos dos níveis de produção e emprego e em melhoras nos principais indicadores. Por sua vez, vários países da zona do euro cujos níveis de atividade haviam experimentado reduções em 2012 e no primeiro semestre de 2013, no segundo semestre tiveram desempenhos indicativos de que a deterioração se teria detido. A evolução recente da economia dos Estados Unidos, Japão e Europa, junto com o desempenho levemente melhor que o previsto inicialmente da economia da China, determinaram um aumento moderado das expectativas para 2014, projetando-se que a economia mundial se expandirá a um ritmo de 2,9%, com uma recuperação do crescimento tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento.

² Nações Unidas, “World Economic Situation and Prospects. Monthly Briefing”, Nova York, outubro de 2013.

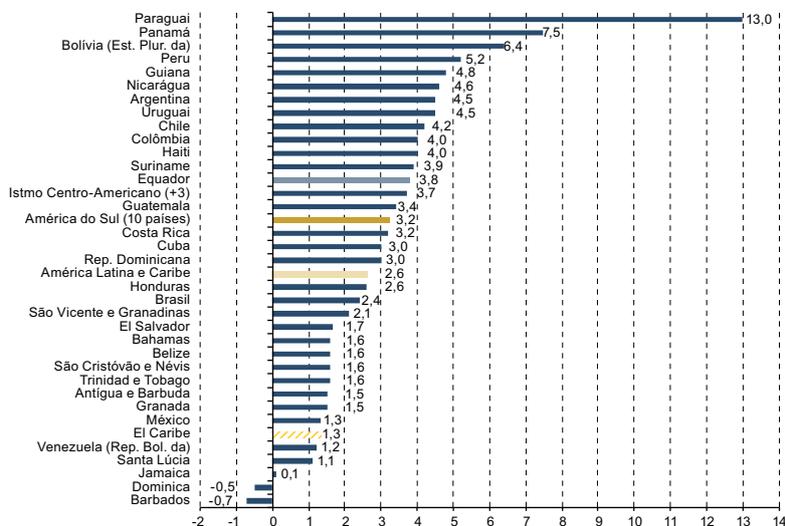
Capítulo II

A atividade econômica

Em 2013, a América Latina e o Caribe mantiveram um crescimento baixo

Em 2013 o PIB da região da América Latina e do Caribe cresceu 2,6%, abaixo dos 3,1% registrados em 2012. O aumento do PIB regional em 2013 se traduziu num incremento do PIB por habitante regional de 1,6% (2,0% em 2012), inferior à metade da taxa de crescimento médio que este indicador experimentou no período 2004-2008 (3,7%). Estes resultados ilustram a continuidade da desaceleração econômica regional que vem se manifestando desde 2011. Não obstante, houve diferenças importantes nos ritmos de crescimento dos países. O baixo crescimento regional em 2013 responde em parte ao baixo dinamismo das duas maiores economias da América Latina e do Caribe: Brasil (2,4%) e México (1,3%)³. Excluídos estes dois países, a alta do PIB regional alcançou 4,1%. Paraguai foi o país cuja economia anotou a maior taxa de expansão (13%), seguido do Panamá (7,5%), Bolívia (Estado Plurinacional da) (6,4%) e Peru (5,2%). As economias da Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Haiti, Nicarágua e Uruguai cresceram entre 4% e 5% (veja o gráfico II.1).

Gráfico II.1
América Latina e Caribe: projeções do crescimento do PIB, 2013
(Em porcentagens, com base em dólares constantes de 2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

³ Estas duas economias representam cerca de 63% do PIB total da América Latina e do Caribe.

Por sub-regiões, a América do Sul anotou um crescimento de 3,1% (frente aos 2,5% registrados em 2012), taxa algo menor que os 3,7% anotados pelo Istmo Centro-Americano mais Cuba, Haiti e República Dominicana (4,7% em 2012). Por seu lado, persistiu o baixo crescimento do Caribe de língua inglesa e holandesa (1,3%), com cifras negativas no caso de Barbados (-0,7%) e Dominica (-0,5%), enquanto a economia da Jamaica experimentava uma virtual estagnação (0,1%).

A desaceleração do crescimento regional verificado até o primeiro trimestre de 2013 se reverteu parcialmente nos trimestres subsequentes. Não obstante, para o trimestre, as taxas de crescimento trimestral do PIB regional observadas são ainda consideravelmente inferiores às registradas em 2010 e 2011 (veja o gráfico II.2).

Gráfico II.2
América Latina e Caribe: produto interno bruto trimestral, taxa de variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, 2010 a terceiro trimestre de 2013
(Em porcentagens, com base em dólares constantes de 2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Como em anos anteriores, a demanda interna impulsionou o crescimento

O crescimento regional esteve impulsionado principalmente pelo dinamismo da demanda interna (veja o gráfico II.3), tanto do consumo, que aportou 2,8 pontos percentuais ao crescimento do PIB, como do investimento, que contribuiu com 0,9 pontos percentuais, enquanto se mantinha o aporte negativo das exportações líquidas (-0,7 pontos percentuais), embora fosse menor que o de anos anteriores. A alta do consumo se sustentou principalmente no aumento do consumo privado (que cresceu 3,4%) que, embora tenha mantido um crescimento superior ao do PIB, mostrou uma desaceleração em seu dinamismo, que responde principalmente ao comportamento do emprego e da massa salarial que, como visto mais adiante, embora continuassem evoluindo de maneira favorável na região, experimentaram uma desaceleração. Por seu lado, se moderou a expansão do consumo público, com uma alta de 2,5%, que é a mais baixa taxa de expansão desde 2003.

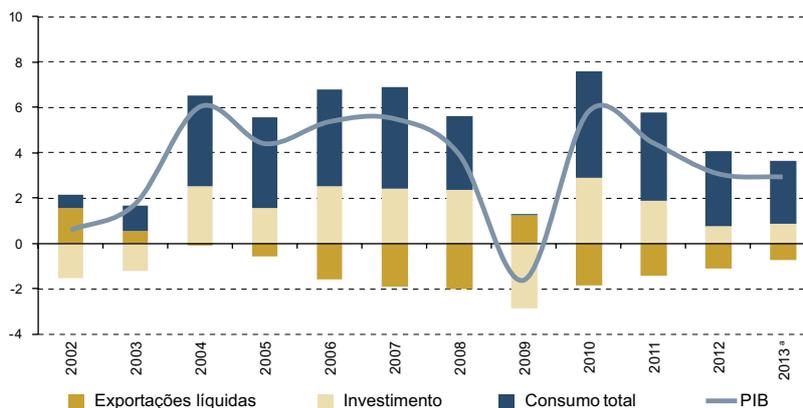
Em termos regionais, a formação bruta de capital fixo se expandiu 4,7%, impulsionada pelo investimento em maquinaria e equipamento, um modesto crescimento da atividade de construção e um comportamento diferenciado entre países. A República Dominicana e a República Bolivariana da Venezuela anotaram contrações, enquanto no Panamá, Paraguai e Peru se registravam expansões superiores a 10%. Medida como porcentagem do PIB em dólares constantes de 2005, esta alcançou 23,2%, isto é, 0,5 pontos percentuais acima do registro de 2012.

Não obstante, o investimento interno bruto cresceu a uma taxa menor, o que indica um ajuste na acumulação de estoques na região. Medido em dólares correntes, o investimento interno bruto como porcentagem do PIB se manteve em 21,4%, equivalente ao coeficiente de 2012 e significativamente inferior ao coeficiente existente em outros países de rápido crescimento, como China e Índia, onde esta cifra, em algumas ocasiões, chega a superar 30% do PIB.

A evolução das importações de bens e serviços, em termos constantes, refletiu o desempenho da demanda interna, ao aumentar 4,9% (taxa similar à observada em 2012). As exportações reais de bens e serviços, por sua vez, anotaram uma alta de 2,3% (frente aos 3,1% anotados em 2012), havendo mantido a tendência à desaceleração de

seu crescimento, verificada desde 2010. A despeito do resultado regional, Bolívia (Estado Plurinacional da), Chile, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Paraguai e República Dominicana registraram, nas exportações reais de bens e serviços, taxas de expansão superiores a 5%.

Gráfico II.3
América Latina: taxa de variação do PIB e contribuição ao crescimento dos componentes da demanda interna e das exportações líquidas, 2002-2013^a
(Em porcentagens, com base em dólares constantes de 2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
^a As cifras de 2013 correspondem a projeções.

O comércio, a construção e os serviços financeiros e empresariais foram os setores que mostraram maior dinamismo

A expansão do consumo privado, que foi a principal fonte de crescimento do PIB em 2013, se refletiu na maior atividade do setor comércio, enquanto a normalização das condições climáticas permitiu que na Argentina, Brasil e Paraguai a atividade do setor agrícola crescesse a taxas mais elevadas que a economia agregada. O dinamismo da atividade de comércio, restaurantes e hotéis foi também beneficiado pelo aumento do turismo em 2013, embora a chegada de turistas internacionais tenha crescido a taxas significativamente menores que em 2012. De acordo com os dados da Organização Mundial do Turismo, nos primeiros oito meses de 2013, e em comparação com igual período do ano anterior, as chegadas de turistas internacionais aumentaram 3,0% na América Central (7,3% em 2012), 1,6% na América do Sul (5,0% em 2012) e 0,1% no Caribe (3,7% em 2012).

A atividade do setor de mineração se manteve estável em termos regionais em comparação com o resultado de 2012, embora na Bolívia (Estado Plurinacional da), Nicarágua, Panamá, Uruguai e em algumas economias da União Monetária do Caribe Oriental (UMCO) este setor registrara taxas de crescimento de dois dígitos. O desempenho da atividade industrial foi também modesto, com um baixo crescimento generalizado em nível de países. A despeito de que em termos regionais o setor da construção tenha apresentado uma expansão inferior a 2% no ano, o desempenho em nível de países foi bem heterogêneo. Em Antígua e Barbuda, Colômbia, Granada e São Vicente e Granadinas a atividade deste setor cresceu a taxas superiores a 10%, enquanto na Nicarágua e no Panamá anotava expansões superiores a 20%. Por sua vez, México, Venezuela (República Bolivariana da) e algumas economias da América Central e do Caribe registraram quedas.

Capítulo III

Emprego e salários

Desacelerou-se a geração de emprego

Segundo a informação preliminar disponível, em 2013 a região logrou uma nova, ainda que minúscula redução da taxa de desemprego, que passou de 6,4% em 2012 a 6,3%. Contudo, em contraste com o dinâmico desempenho do mercado de trabalho no ano anterior, em 2013 não foi a geração de emprego o que causou esta queda, mas a desaceleração da oferta de trabalho, expressa numa redução da taxa global de participação.

A geração de emprego veio perdendo dinamismo no transcurso de 2013. A taxa de ocupação havia registrado um forte e contínuo aumento entre 2002 (com uma taxa de 51,8%) e 2012 (55,9%), interrompido apenas em 2009 por causa da crise econômico-financeira. Em 2013 esta taxa experimentou uma nova queda, embora de apenas 0,1 pontos percentuais. Esta leve queda contrasta com o incremento de 0,4 pontos percentuais registrado em 2012, ano em que o crescimento econômico foi similar ao de 2013.

Como se observa no quadro III.1, em 2012 alguns países registraram uma elasticidade emprego-produto —e sobretudo emprego assalariado-produto— superior a um, o que não costuma ser sustentável. Entre estes países se destacam Brasil, Colômbia e México, que por seu tamanho incidem muito nas médias ponderadas da região⁴.

Em 2013, em vários países grandes da região, como Argentina, Brasil, Colômbia e México, a elasticidade emprego-produto caiu acentuadamente. Ainda que na mediana estas quedas tenham sido compensadas por aumentos em outros países (Chile, Honduras, Jamaica, Peru, Venezuela (República Bolivariana da)), em nível regional a queda da relação entre o crescimento do PIB e o crescimento do emprego nas citadas economias de maior tamanho fez com que a variação da taxa de ocupação em 2013 ficasse abaixo da linha de tendência dos últimos anos (veja o gráfico III.1). Na mediana se observa uma queda, especificamente, da elasticidade emprego assalariado-produto.

⁴ A informação sobre a conjuntura laboral no Brasil provém dos resultados da pesquisa mensal de emprego que se aplica em seis áreas metropolitanas onde em 2012 o emprego aumentou, em média, 2,2%. A pesquisa nacional de domicílios indicou um incremento do nível de emprego algo menor, de 1,6%. Isto não implica, no entanto, que o desempenho das áreas metropolitanas tenha sido completamente atípico no sentido de uma expansão desproporcionalmente maior do emprego que no restante do país. O emprego assalariado se expandiu inclusive mais em nível nacional (2,9%) do que nestas áreas (2,6%).

Quadro III.1
América Latina e Caribe (países selecionados): elasticidade simples emprego-produto e emprego assalariado-produto, 2012 e 2013

		Elasticidades 2012		Elasticidades 2013 ^a	
		Emprego	Emprego assalariado	Emprego	Emprego assalariado
Argentina ^b	31 aglomerados urbanos	0,38	0,35	0,24	0,09
Brasil	Seis áreas metropolitanas	2,15	2,62	0,46	0,42
Chile	Total nacional	0,33	0,75	0,45	0,52
Colômbia	Total nacional	0,85	1,25	0,34	1,05
Costa Rica	Total nacional	0,22	0,42	0,16	-0,09
Equador	Total nacional	0,41	0,78	0,33 ^c	...
El Salvador	Total nacional	2,29	1,86
Honduras	Total nacional	0,17	-2,18	2,88	3,27
Jamaica	Total nacional	0,77	...	4,30	...
México	Total nacional	0,83	1,11	0,46	1,46
Panamá	Total nacional	0,51	0,53	0,45	0,40
Peru	Lima Metropolitana	0,26	0,76	0,50	0,29
República Dominicana	Total nacional	0,52	0,91	-0,10	0,33
Uruguai	Total nacional	0,04	...	-0,04	...
Venezuela (República Bolivariana da)	Total nacional	0,28	0,64	2,42	3,17
América Latina e Caribe	Mediana	0,40	0,75	0,45	0,40

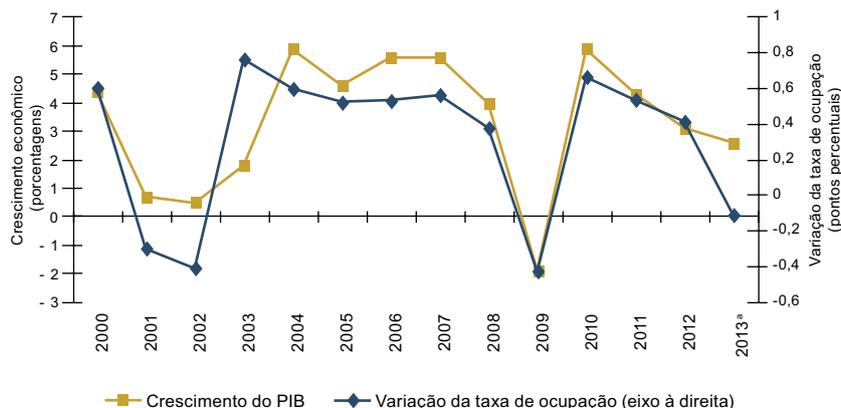
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em cifras oficiais.

^a Calculado a partir do crescimento econômico do ano e do crescimento interanual do emprego no período entre o primeiro e o terceiro trimestre.

^b A geração de emprego se refere ao primeiro semestre.

^c Refere-se ao total urbano.

Gráfico III.1
América Latina e Caribe: crescimento econômico e variação da taxa de ocupação, 2000-2013
(Em porcentagens e pontos percentuais)



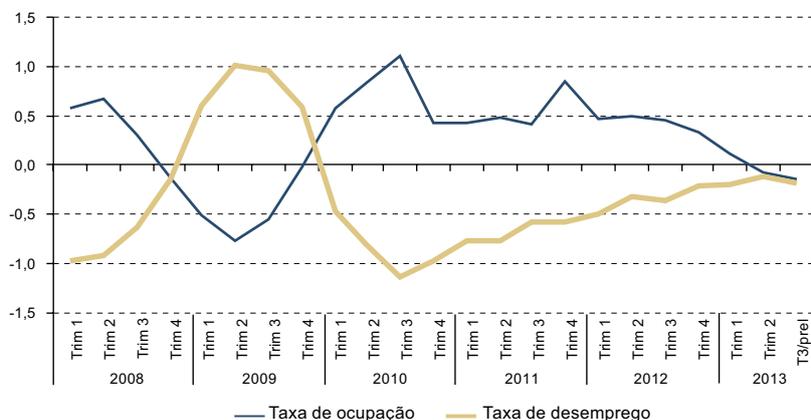
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em cifras oficiais.

^a Projeções.

Na maioria dos países o emprego assalariado cresceu mais que o emprego total. Para o conjunto de 12 países com informação disponível e comparável, o emprego assalariado aumentou 1,6% frente a um incremento de 1,2% do emprego total. No entanto, a geração de emprego assalariado se desacelerou marcadamente em relação ao ano anterior, quando este tipo de emprego aumentou 3,1%, e em vários países cresceu menos que o emprego total.

Como se observa no gráfico III.2, a desaceleração da geração de emprego se intensificou ao longo dos primeiros três trimestres do ano. Enquanto no primeiro trimestre de 2013 ainda se observava um leve aumento interanual da taxa de ocupação, no segundo e no terceiro esta taxa caiu levemente em relação aos mesmos trimestres de 2012. O gráfico também mostra como, comparado com os anos anteriores, em 2013 se moderou a redução da taxa de desemprego; no entanto, em todos os trimestres se observam melhorias interanuais.

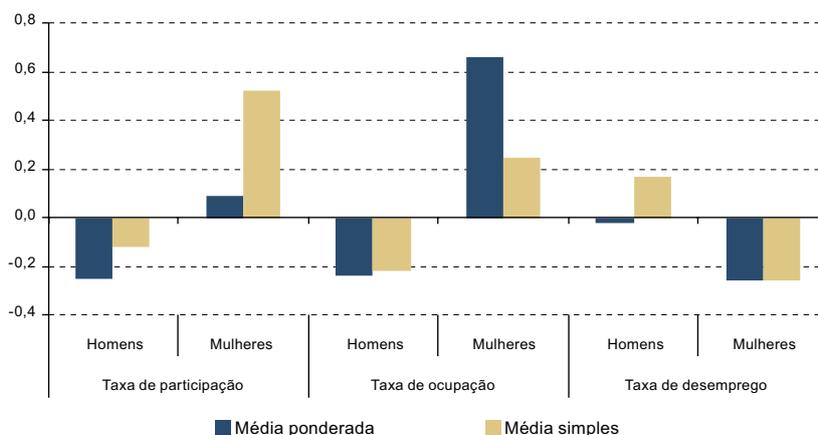
Gráfico III.2
América Latina (10 países): variação interanual das taxas de ocupação e desemprego,
primeiro trimestre de 2008 a terceiro trimestre de 2013
(Em pontos percentuais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em cifras oficiais.

Um fator que contribuiu à evolução positiva da taxa de desemprego foi a moderação do incremento da população economicamente ativa, causada por uma redução da taxa de participação. Mesmo assim, em nível regional se observa que foi mantido o processo de longo prazo de incremento da taxa de participação das mulheres, à diferença da dos homens, que caiu. Como se indica no gráfico III.3, também se reduziram levemente as brechas entre os homens e as mulheres em termos de taxa de ocupação e de taxa de desemprego.

Gráfico III.3
América Latina e Caribe (15 países): variação interanual das taxas de participação, ocupação e desemprego por sexo,
média do primeiro ao terceiro trimestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior
(Em pontos percentuais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Aumentou o desemprego dos jovens

Por outro lado, o menor dinamismo observado na geração de emprego parece haver afetado especialmente os jovens, cuja taxa de ocupação caiu em forma bem generalizada na região, enquanto subia sua taxa de desemprego (veja o quadro III.2). Em contraste, na maior parte da região, entre os adultos a taxa de ocupação aumentou levemente e a taxa de desemprego caiu. Em alguns países, como Brasil, Chile e Peru, a queda da taxa de ocupação se expressou, ademais, numa queda da participação laboral juvenil, que, nestes países, contrasta com a estagnação da participação dos adultos. Embora isto possa, em parte, refletir a tendência de longo prazo de uma permanência mais prolongada

dos jovens no sistema educacional, em 2013 parece haver contribuído o fato de que um esfriamento na geração de emprego costuma afetar mais aqueles que estão chegando ao mercado de trabalho, entre os quais os jovens encontram-se sobrerrepresentados.

Quadro III.2

América Latina e Caribe (países selecionados): variação das taxas de participação, ocupação e desemprego, jovens e adultos, média do primeiro ao terceiro trimestre de 2013 em relação a mesmo período do ano anterior
(Em pontos percentuais)

	Taxa de participação		Taxa de ocupação		Taxa de desemprego	
	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos
Argentina	0,7	-0,1	-0,1	-0,1	1,7	0,0
Brasil	-0,9	-0,1	-1,1	0,0	0,5	-0,1
Chile	-1,1	0,0	-0,8	0,3	-0,4	-0,5
Colômbia	-1,1	-0,5	-0,3	-0,1	-1,0	-0,6
Honduras	3,5	2,7	2,9	2,4	0,8	0,4
Jamaica	1,1	1,2	-0,9	0,5	4,7	0,8
Panamá	0,5	0,7	0,2	0,7	0,5	-0,1
Peru	-1,3	0,1	-0,7	1,0	-0,8	-1,2
República Dominicana	-1,2	-0,7	-0,6	-1,2	-0,6	0,9
Uruguai	0,0	-0,4	-0,4	-0,4	0,9	0,0
Venezuela (República Bolivariana da)	0,2	0,1	0,5	0,3	-0,9	-0,3
América Latina e Caribe, mediana	0,0	0,0	-0,4	0,3	0,5	-0,1

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em cifras oficiais.

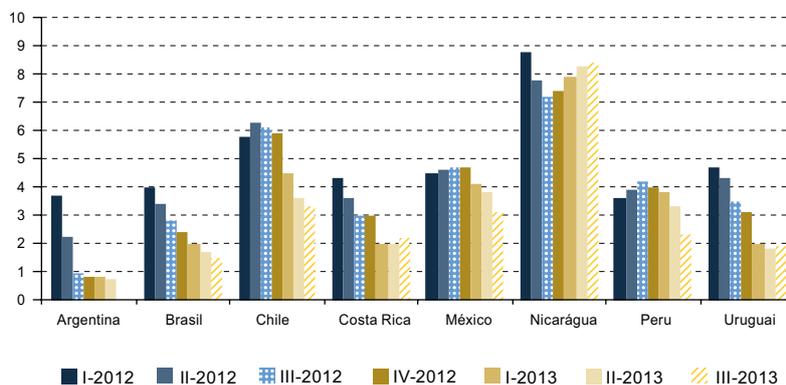
Nota: O grupo etário dos jovens se refere a pessoas com idades entre 15 e 24 anos, salvo na Argentina (14 a 29), Colômbia (14 a 28), Peru (14 a 24) e República Dominicana (10 a 19). Na Argentina os dados se referem à média dos homens e mulheres dos respectivos grupos de idade.

A desaceleração da geração de emprego se reflete também na evolução do emprego formal. Como indica o gráfico III.4, em quase todos os países as taxas de crescimento em 2013 deste tipo de emprego —que representa o emprego de melhor qualidade— foram bem inferiores às do ano anterior. Ademais, ao longo do ano, em muitos países se registrou uma clara desaceleração da geração de emprego formal.

Gráfico III.4

América Latina (países selecionados): variação interanual do emprego formal, primeiro semestre de 2012 a terceiro trimestre de 2013

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em cifras oficiais.

A outra face da mencionada menor elasticidade emprego-produto é o incremento da produtividade do trabalho. Estima-se que em 2012 a produtividade do trabalho aumentou apenas 0,8% na região em seu conjunto (média ponderada), principalmente pelos poucos resultados do Brasil e do México, embora na média simples de 14 países a produtividade do trabalho tenha crescido 1,5%. Para 2013 os dados preliminares sugerem, no entanto, um aumento da produtividade laboral média da região de 1,6%, com uma média simples de 2,5%.

A desaceleração do emprego ocasionou um menor crescimento da massa salarial, que contribuiu ao menor dinamismo do consumo privado

Na maioria dos países com informação disponível, o crescimento dos salários reais se reduziu moderadamente (veja o quadro A.21 do anexo estatístico, nas versões do documento em espanhol e inglês), devido a menores aumentos dos salários nominais, provavelmente como reflexo da perda de dinamismo da demanda laboral e, em alguns casos, aos moderados aumentos da inflação. Nos países que registraram aumentos dos salários reais que ultrapassaram os incrementos do ano anterior (Chile, Colômbia e Paraguai) se caracterizam por um nível de inflação que, na média acumulada dos primeiros três trimestres, se atenuou em relação ao mesmo período do ano anterior.

A desaceleração da geração de emprego e os menores incrementos dos rendimentos do trabalho em termos reais incidiram em uma expansão menor da massa salarial. Enquanto em 2012 houve um aumento da massa salarial de 5,4%, em 2013 (média ponderada de 9 países), este teria se desacelerado a 2,7%, o que debilitou o aumento do consumo das famílias como fator dinâmico da demanda e, assim, motor do crescimento econômico.

Em 2013 vários países tomaram medidas para fortalecer a inserção laboral, proteger os desempregados, melhorar as condições de trabalho de grupos específicos ou aumentar a eficiência de algumas instituições (veja o quadro III.3).

Quadro III.3
Novas políticas trabalhistas, 2013

Argentina	Outorga-se às empregadas domésticas os mesmos direitos que aos demais trabalhadores.
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Introdução de uma segunda gratificação (em dinheiro) anual, condicionada a um crescimento do PIB de ao menos 4,5%. Decreto que facilita o controle por parte dos trabalhadores de empresas em bancarrota.
Brasil	Emenda constitucional para dar aos trabalhadores domésticos direitos iguais aos de outros trabalhadores assalariados.
Chile	Criação da Intendência de Seguridade e Saúde no Trabalho.
Colômbia	Lei Nº 1636, por meio da qual se cria o mecanismo de proteção ao desempregado e que ordena o serviço público de emprego. Estabelecem-se acordos de formalização entre empresas e autoridades da fiscalização do trabalho. Filiação obrigatória ao Sistema Geral de Riscos Laborais de todas as pessoas com contrato formal de trabalho.
Cuba	Definição e ampliação da lista de atividades com autorização de trabalho por conta própria.
Nicarágua	Introdução de julgamentos orais nas causas trabalhistas.
Paraguai	Lei de inserção ao emprego juvenil, para fomentar a capacitação e inserção de jovens com idade entre 18 e 29 anos, por meio de novas modalidades contratuais, de estímulo de práticas laborais e de subsídios à contratação.
Peru	Estabelecimento de diretrizes para facilitar a inserção econômica e social dos migrantes que estão retornando pela difícil situação econômica em outros países.
Uruguai	Extensão de licenças de maternidade e paternidade; Lei de emprego juvenil que estabelece quatro modalidades para fomentar a inserção laboral de jovens: primeira experiência laboral, práticas laborais, prática formativa em empresas, trabalho protegido e promovido (por meio de subsídios).

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com base em informação oficial dos países.

Em forma resumida, o moderado crescimento econômico se expressou numa desaceleração da geração de emprego. Especificamente, uma menor demanda laboral incidiu em uma geração menos dinâmica de emprego assalariado e em um menor incremento do emprego formal. Embora não em forma generalizada, também os salários reais cresceram menos que o ano anterior, de maneira que o incremento da massa dos rendimentos do trabalho contribuiu menos para o crescimento da demanda interna. Ainda que o esfriamento na geração de emprego tenha afetado negativamente os indicadores do trabalho (emprego, desemprego) dos jovens, no agregado em nível regional (com diferenças entre os países) houve moderadas melhoras, sobretudo em uma pequena queda da taxa de desemprego e um incremento maior do emprego assalariado —geralmente de melhor qualidade— que do emprego não assalariado. Para isso parece haver contribuído a dinâmica geração de emprego durante o último decênio, que ao haver dado lugar a uma situação laboral relativamente favorável (maior taxa de ocupação média por domicílio), significou que o menor dinamismo da demanda laboral em 2013 não forçou muitas famílias a lançar mão do trabalho por conta própria para reduzir a deterioração de sua renda. Esta situação também teria se expressado na redução da taxa de participação que, por seu lado, facilitou a redução da taxa de desemprego.

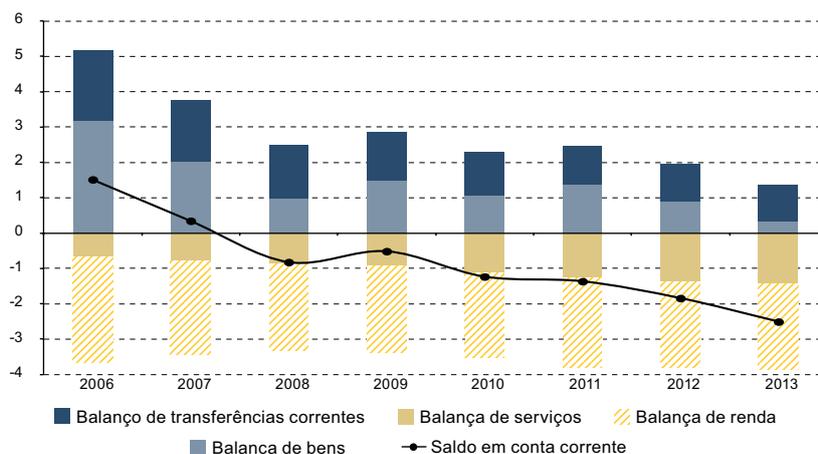
Capítulo IV

O setor externo

Deteriorou-se a conta corrente do balanço de pagamentos

O crescimento das importações e a estagnação das exportações em 2013, refletidos na redução do superávit comercial, foram a principais, mas não as únicas explicações para o aumento do déficit da conta corrente para o conjunto da região, que foi maior que o do ano anterior (veja o gráfico IV.1). Em relação ao PIB, o déficit aumentou de 1,8% em 2012 a 2,5% em 2013. Pela primeira vez em vários anos, as economias exportadoras de hidrocarbonetos teriam, em seu conjunto, um déficit (-0,7%) em suas contas correntes. O grupo de países que integram o Istmo Centro-Americano (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), Haiti e República Dominicana, com diferenças que variam de -16,2% no Panamá a -3,0% no Haiti, terminaria com o maior déficit médio observado na região (-6,4%), seguido pelos países exportadores de minerais e metais, Chile e Peru, com um déficit de 3,9% (Chile com -2,7% e Peru com -5,4%).

Gráfico IV.1
América Latina: estrutura da conta corrente, 2006-2013^a
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
^a As cifras de 2013 correspondem a projeções.

Nos últimos anos se aprecia um retrocesso contínuo dos fluxos que compõem as balanças da conta corrente regional, e que constitui um indicador de vulnerabilidade externa, que se reforça na medida em que, por um aumento das taxas de juros em nível mundial, eleva o custo financeiro de cobrir esta brecha. A desaceleração do valor das exportações, combinada com a resistência da demanda interna da maioria dos países da região, provocou um maior crescimento das importações em relação às exportações durante os últimos anos e em 2013. Em consequência, produziu-se uma séria deterioração da balança de bens no conjunto da região, cujo superávit caiu de 0,9% do PIB em 2012 para 0,3% do PIB em 2013.

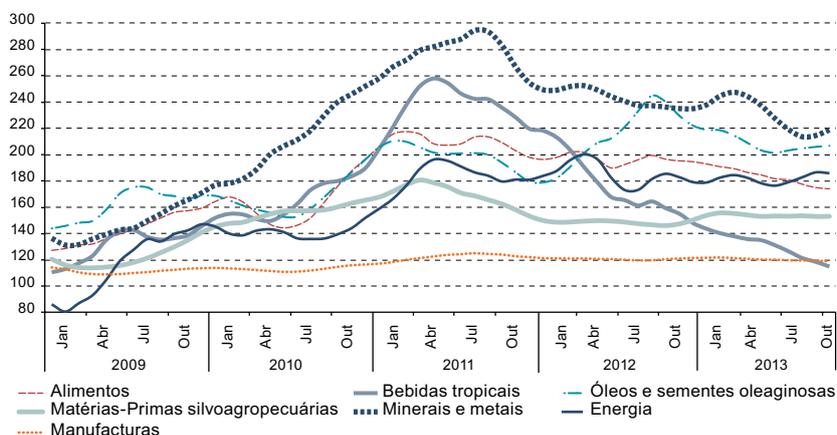
Por sua vez, o menor dinamismo dos fluxos turísticos na maioria dos países contribuiu a um déficit invariável da balança de serviços. De igual forma, a estagnação da afluência de remessas, atribuível à contração no caso do México (principal receptor de remessas da região), traduziu-se numa diminuição do superávit do balanço de transferências. O déficit da balança de renda, medido em termos do PIB, aumentou levemente em comparação com o nível do ano anterior.

Houve uma moderada deterioração dos termos de troca

Desde meados de 2011 os preços de vários produtos básicos de exportação da região mostram uma tendência à baixa, o que corresponderia a um processo de estagnação ou de diminuição gradual dos preços destes bens no médio prazo, resultante entre outras coisas da moderação do crescimento da China, principal destino de vários produtos primários da região, do baixo dinamismo das economias desenvolvidas e de um aumento da oferta destes produtos em nível mundial.

Nos primeiros dez meses de 2013 (veja o gráfico IV.2) se registrou uma queda dos preços de alimentos (-7,8% interanual, em média) e das bebidas tropicais (-27,8%). A principal causa para a baixa dos preços dos alimentos foi a queda do preço do açúcar, de 19,0% interanual (por superprodução e retirada de fundos especulativos), e em menor medida da banana (-6,6%) e do milho (-7,5%). O retrocesso do preço das bebidas tropicais obedece à queda do preço do café, de 30%. Alguns países centro-americanos e a Colômbia foram mais afetados por estas reduções de preços.

Gráfico IV.2
América Latina: índices de preços de produtos básicos de exportação^a e manufaturas, 2009-2013
(2005=100, média móvel de três meses)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Netherlands Bureau of Economic Policy Analysis (CPB).

^a A ponderação dos grupos de produtos básicos de exportação se calcula segundo a participação na cesta de exportações da América Latina.

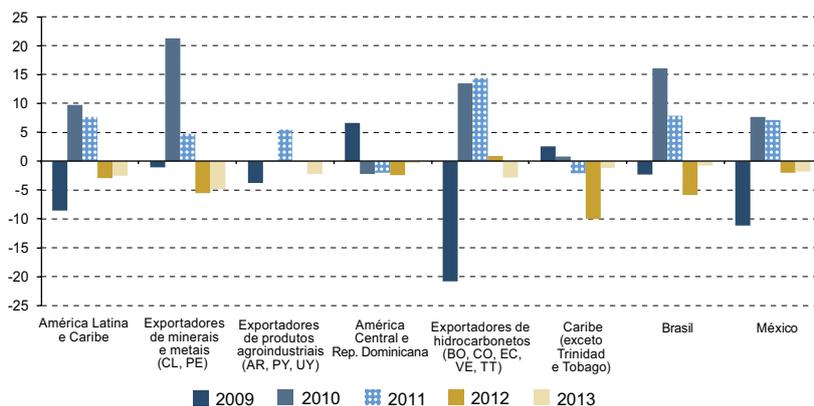
Os preços dos minerais e metais, após a queda ocorrida em 2012, apresentaram em 2013 uma recuperação inicial que, posteriormente, se reverteu. O preço do cobre, importante produto de exportação para o Chile e o Peru, caiu 7,6% em relação ao ano anterior. O preço do ouro diminuiu 13,1% e o do minério de ferro, produto importante para o Brasil, registrou um leve aumento de 1,1%.

O preço dos óleos e sementes oleaginosas também começou o ano em baixa devido à boa safra de 2012/2013, mostrando posteriormente uma recuperação, enquanto os preços das matérias-primas silvoagropecuárias e da energia tiveram um comportamento estável em 2013. O preço do petróleo se manteve relativamente estável em 2013 (com pequenas flutuações), apesar de algumas tensões geopolíticas e do crescente uso de gás nos Estados Unidos.

Estima-se que em 2013 os termos de troca da região em seu conjunto teriam sofrido uma deterioração de 2,5% (veja o gráfico IV.3). No caso da América do Sul a deterioração (-2,8%) superaria a média, principalmente pela tendência de queda nos preços dos produtos minerais e metálicos, que implica uma deterioração de 4,6% dos termos de troca do Chile e do Peru. Também haveria ocorrido um retrocesso de 2,3% nos termos de troca dos países exportadores de produtos agroindustriais (Argentina, Paraguai e Uruguai). Os termos de troca dos exportadores de

hidrocarbonetos (Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador, Trinidad e Tobago e Venezuela (República Bolivariana da)) retrocederam 2,8% devido a menores preços de exportação. Por seu lado, os termos de troca do Brasil pioraram levemente (-0,7%), sobretudo por um aumento do preço do minério de ferro (principal produto de exportação do Brasil), o que compensou parcialmente o moderado incremento dos preços das importações deste país.

Gráfico IV.3
América Latina: taxa de variação estimada dos termos de troca, 2009-2013^a
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a As cifras de 2013 correspondem a projeções.

Apesar da queda dos preços dos alimentos e combustíveis, dos quais os países caribenhos e centro-americanos são importadores líquidos, a forte queda de preços de importantes produtos de exportação, sobretudo do açúcar e do café, provocará uma leve deterioração dos termos de troca destas sub-regiões. O México se destaca como um caso aparte, por sua distinta estrutura exportadora, centrada em grande medida em produtos manufaturados, o que fez com que a queda dos preços de seus principais produtos básicos de exportação (ouro, cobre, prata, produtos do aço e petróleo) não causasse mudanças mais significativa em seus termos de troca.

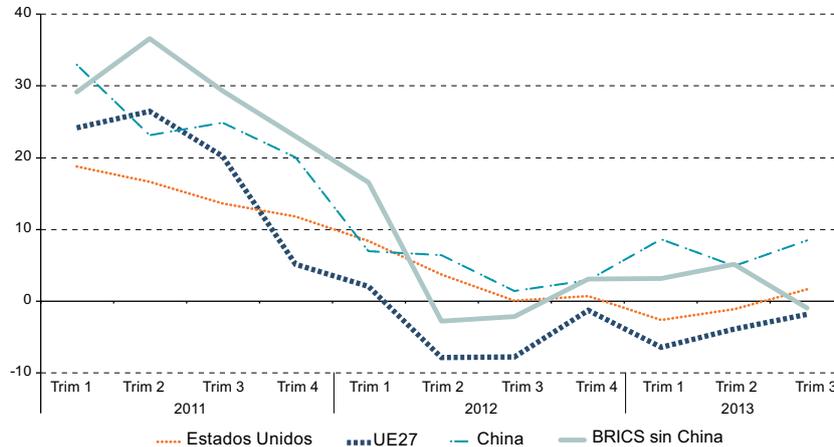
A conta corrente se deteriorou devido a um menor superávit da balança de bens e a um leve aumento do déficit da balança de serviços

Devido à prolongada crise na Europa, ao baixo crescimento nos Estados Unidos e à desaceleração da economia chinesa, a variação nas importações destas grandes áreas econômicas mostra-se escassa ou negativa (veja o gráfico IV.4). Em consequência da modesta expansão da demanda nas grandes economias, se espera que em 2013 as exportações da região cresçam a um ritmo muito baixo (+0,4%) e inclusive inferior ao do ano passado (+1,6%), depois de dois anos (2010 e 2011) em que se registraram aumentos da ordem de 25%. Em 2013 o crescimento das exportações de bens foi negativo para os grupos de países exportadores de metais (Chile e Peru: -2,7%) e de hidrocarbonetos (Bolívia (Estado Purinacional da), Colômbia, Equador e Venezuela (República Bolivariana da): -4,4%).

Como em 2012 e em contraste com os anos de auge dos preços dos produtos básicos, a contínua queda dos preços (-2,1%) teve um impacto negativo no valor exportado (+0,3%) e o incremento do volume (+2,6%) em alguns países foi o fator que evitou uma queda ainda mais forte. Especialmente para a América do Sul (sem o Brasil) o crescimento do volume (+2,4%) evitou um retrocesso maior. No caso do Brasil, o volume das exportações aumentou 1,5%, devido à baixa demanda de seus principais sócios comerciais (Europa e China), mas terminou com um pequeno aumento de valor (0,2%), por uma queda dos preços (-1,2%) de seus produtos exportados (veja o gráfico IV.5).

Assim como ocorreu em 2012, a variação dos preços no caso das importações foi menor que no das exportações. Estima-se que 89% do crescimento das importações da região se deveram ao aumento de volume e que apenas 11% do aumento corresponderam ao incremento de preços. Na América do Sul (sem o Brasil), os preços das importações se estagnaram e no caso do Brasil, na América Central, na República Dominicana e no Haiti, estes registraram inclusive uma diminuição. (veja o gráfico IV.6). Devido ao baixo crescimento das exportações e ao aumento moderado das importações, o superávit da balança de bens em 2013 teria se contraído fortemente, de 0,9% do PIB em 2012 a 0,3% em 2013.

Gráfico IV.4
Varição interanual das importações da União Europeia^a, Estados Unidos, China e dos países do grupo BRICS^b (sem China), primeiro trimestre de 2011 a terceiro trimestre de 2012
 (Em porcentagens)

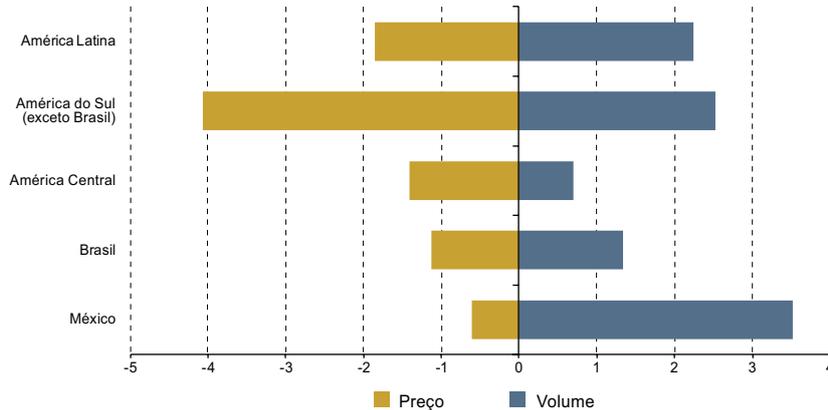


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

^a UE27: 27 países, comércio extrarregional.

^b Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul.

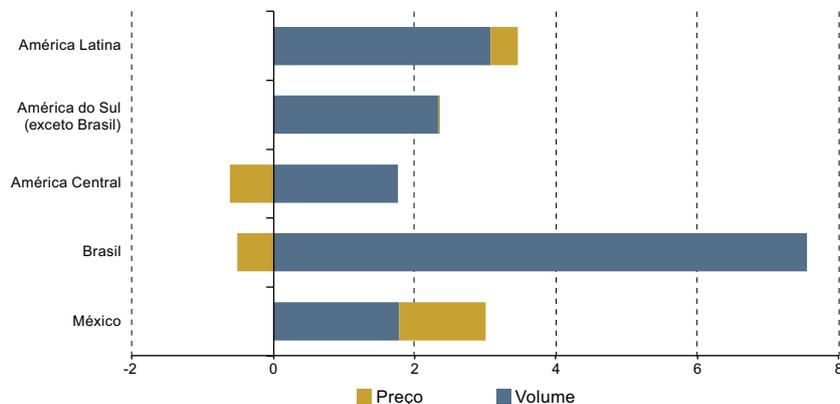
Gráfico IV.5
América Latina: variação estimada do valor das exportações, segundo a contribuição do volume e do preço, 2013
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

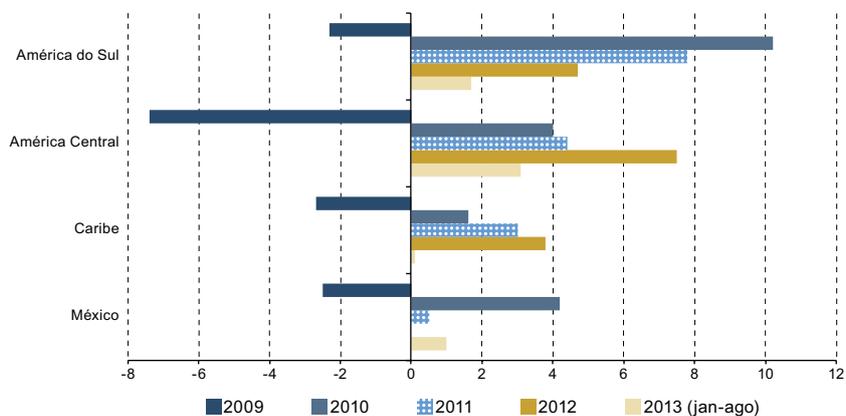
A balança de serviços se manteve no nível (-1,4%) de 2012. O resultado mais negativo se registrou no grupo de países exportadores de hidrocarbonetos, integrado por Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador e Venezuela (República Bolivariana da). Aqueles países que mais dependem do turismo experimentaram tendências divergentes. Os países da América Central, o Haiti e a República Dominicana tiveram um saldo positivo na balança de serviços em termos do PIB, e enquanto para estes países e o México o número de turistas continuava em alta, moderada, no caso dos países caribenhos, a chegada de visitantes se estagnou (veja o gráfico IV.7). O ainda débil crescimento nos Estados Unidos e a recessão na União Europeia, principais regiões de onde provêm os turistas que se dirigem às duas sub-regiões, restringiram em grande medida o crescimento da indústria do turismo. No caso da América do Sul, o baixo crescimento econômico da região afetou negativamente as viagens de negócios e o turismo intrarregional.

Gráfico IV.6
América Latina: variação estimada do valor das importações, segundo a contribuição do volume e do preço, 2013
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Gráfico IV.7
América Latina e Caribe: variação interanual da chegada de turistas internacionais, 2009 a janeiro-agosto de 2013
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

O saldo negativo da balança de rendas cresceu e o saldo positivo em transferências correntes diminuiu levemente

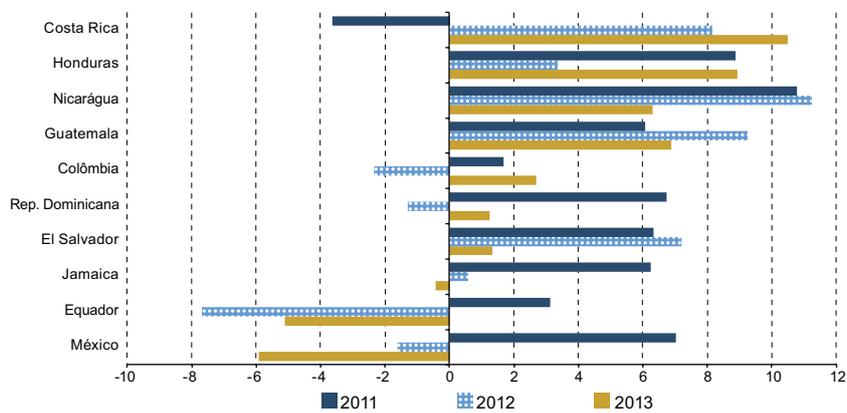
A balança de rendas mostrou uma leve deterioração, registrando -2,5% do PIB para a região, devido principalmente a aumentos da saída de recursos do México (+8,8%) e do Brasil (+6,9%). Estas saídas são, em sua maioria, remessas de lucros de empresas estrangeiras que operam na região. Em consequência disso, a balança destes dois países mostrou uma piora de 16,0% e 9,6% respectivamente. Colômbia, outro país com um montante importante de remessas de lucros, registrou uma diminuição de 5,2% nas saídas e uma melhora 4,9% em sua balança⁵.

Por seu lado, as transferências correntes que, na América Latina e no Caribe, consistem principalmente de remessas enviadas por trabalhadores da região que se encontram ocupados no exterior, caíram levemente e terminaram em 1,0% do PIB. O comportamento das remessas, no entanto, foi bem heterogêneo (veja o gráfico IV.8). No transcorrido do ano, a Costa Rica registra o maior aumento (+10,5% interanual, primeiro semestre do ano), partindo de uma base pequena, seguida por Honduras e Nicarágua (+8,9 e +6,3%, nos primeiros nove meses do

⁵ No entanto, é conveniente recordar que, dado que o registro do Balço de Pagamentos se realiza com base no regime de competência e não nos saques, parte importante destas remessas de lucros é reinvestida e lançada como investimento na conta capital e financeira.

ano). Os dois primeiros países recebem quase todas suas remessas dos Estados Unidos e o último principalmente da Costa Rica. Os países com as maiores quedas nas remessas recebidas foram Equador, com -5,1% (no primeiro semestre), e México, com -5,9% (nos primeiros nove meses). A queda das remessas ao Equador reflete a difícil conjuntura laboral nos principais países de destino de seus trabalhadores: Espanha e Itália. A evolução recente das remessas para o México se explica por razões estruturais e conjunturais que incluem a concentração dos trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos em setores econômicos que foram mais atingidos pela crise econômica e financeira mundial (construção, manufaturas e comércio), regulações migratórias que aparentemente afetaram mais os mexicanos⁶ e o fato de a emigração mexicana aos Estados Unidos mostrar uma estagnação e, atualmente, até mesmo uma leve queda⁷.

Gráfico IV.8
América Latina e Caribe (países selecionados): taxa de variação das receitas de remessas de emigrados, 2011 a 2013
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

A volatilidade financeira internacional favoreceu a mudança na composição da conta financeira da América Latina e do Caribe em 2013

O fluxo de financiamento externo líquido rumo à região se manteve estável, com poucas mudanças de nível em 2013. Dado que o déficit em conta corrente experimentou uma importante alta, o nível dos fluxos financeiros líquidos determinou que a acumulação de reservas internacionais durante o ano fosse significativamente menor que a de anos anteriores. Só no começo da década de 2000 se havia apreciado uma acumulação de reservas assim tão pequena.

A evolução da conta financeira respondeu tanto às tensões que caracterizaram os mercados financeiros internacionais ao longo de 2013, em especial devido à incerteza quanto à política monetária dos Estados Unidos, como à decisão das autoridades monetárias da região de moderar a depreciação de suas moedas, mediante o uso de suas reservas internacionais (veja o quadro IV.1), ao contrário do feito em anos precedentes, quando muitos países buscaram evitar a apreciação de suas moedas mediante a acumulação de reservas.

⁶ Veja BBVA Research (2013), «Situación Migración México», julho, [on-line] http://www.bbvaresearch.com/KETD/fbin/mult/1307_SitMigracionMexico_Jul13_tcm346-394011.pdf?ts=592013 [data da consulta: 5 de setembro de 2013].

⁷ Veja Jeffrey Passel, D'Vera Cohn e Ana Gonzalez-Barrera, "Net Migration from Mexico Falls to Zero—and Perhaps Less", Pew Hispanic Center, [on-line] <<http://www.pewhispanic.org/2012/04/23/net-migration-from-mexico-falls-to-zero-and-perhaps-less/> [data da consulta: 5 de setembro de 2013].

Quadro IV.1
América Latina (17 países): componentes do balanço de pagamentos
(Em milhões de dólares)

	Saldo em conta corrente				Conta capital e financeira, erros e omissões				Reservas e partidas conexas ^a			
	2010	2011	2012	2013 ^b	2010	2011	2012	2013 ^b	2010	2011	2012	2013 ^b
Argentina	1 360	-2 173	-57	-2 971	2 798	-3 935	-3 248	-7 087	-4 157	6 108	3 305	10 058
Bolívia (Estado Plurinacional da)	766	77	2 127	1 321	157	2 083	-416	-998	-923	-2 160	-1 712	-323
Brasil	-47 272	-52 474	-54 230	-77 624	96 373	111 111	73 130	73 024	-49 101	-58 637	-18 900	4 600
Chile	3 224	-3 283	-9 497	-7 725	-200	17 473	9 130	7 234	-3 024	-14 190	367	491
Colômbia	-8 919	-9 839	-12 173	-12 453	12 055	13 583	17 596	18 278	-3 136	-3 744	-5 423	-5 824
Costa Rica	-1 281	-2 195	-2 374	-2 284	1 842	2 328	4 484	2 825	-561	-132	-2 110	-541
Equador	-1 608	-225	-177	-1 770	395	497	-405	3 339	1 212	-272	582	-1 569
El Salvador	-576	-1 070	-1 258	-1 712	281	656	1 907	1 387	295	414	-649	326
Guatemala	-563	-1 599	-1 447	-1 673	1 240	1 805	1 946	1 937	-677	-206	-499	-264
Honduras	-682	-1 408	-1 587	-1 038	1 251	1 477	1 304	1 027	-569	-69	283	11
México	-3 285	-12 262	-14 642	-17 568	23 900	40 442	32 166	29 368	-20 615	-28 180	-17 524	-11 800
Nicarágua	-875	-1 284	-1 381	-1 411	1 093	1 371	1 366	1 443	-219	-87	15	-32
Panamá	-2 765	-3 826	-3 267	-6 521	3 072	3 597	3 249	6 531	-307	228	18	-10
Paraguai	-654	294	44	1 197	973	490	-69	-400	-319	-784	24	-797
Peru	-3 782	-3 341	-6 842	-11 690	14 955	8 032	21 650	14 094	-11 173	-4 691	-14 808	-2 404
Uruguai	-731	-1 371	-2 690	-4 175	370	3 936	5 977	6 691	361	-2 564	-3 287	-2 516
Venezuela (República Bolivariana da)	8 812	24 387	11 016	6 644	-16 872	-28 419	-12 012	-15 236	8 060	4 032	996	8 592
América Latina	-58 831	-71 593	-98 433	-141 452	143 684	176 528	157 754	143 456	-84 853	-104 935	-59 322	-2 003

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Um sinal negativo corresponde a um aumento de reservas.

^b Projeções.

Por outro lado, as alterações na composição da conta financeira refletiram o comportamento bem diferenciado dos componentes do financiamento externo em 2013, que se relaciona com sua distinta reação ante as mudanças de conjuntura e de tendência nos mercados financeiros internacionais.

Três aspectos caracterizaram as alterações na composição da conta financeira. Primeiro, o investimento estrangeiro direto líquido se manteve em níveis altos e em 2013 teria se expandido 22,4%, no qual incidiu a concretização de algumas transações que haviam sido adiadas de 2012⁸. A continuidade desta dinâmica em 2013 pode ser atribuída a que foram mantidas as expectativas de um crescimento da região superior ao do resto do mundo e às medidas adotadas por países que experimentaram tensões cambiais, que dificultaram a remessa de lucros ao exterior, o que, por sua vez, se traduziu no reinvestimento desses recursos.

Segundo, a continuidade de um cenário de baixas taxas de juros no mercado internacional, embora com expectativas de possíveis aumentos no futuro, propiciou o investimento de carteira líquido em direção à região, em especial daquele na forma de emissão de bônus externos por parte de agentes corporativos privados, soberanos e quase-soberanos. Terceiro, e em contraste com o sucedido com o investimento de carteira, os anúncios de uma iminente alteração da política monetária dos Estados Unidos ocasionaram um alta dos rendimentos globais dos ativos financeiros, o que induziu um aumento nas saídas líquidas dos componentes mais voláteis do financiamento externo e que se agrupam sob o título de outros passivos líquidos de investimento (veja o quadro IV.2).

⁸ No México se concretizou a compra de parte da Cervejaria Modelo por um valor próximo a US\$20 bilhões, dos quais US\$ 13.250 milhões foram desembolsados no primeiro semestre do ano.

Quadro IV.2
América Latina (17 países): componentes da conta financeira
(Em milhões de dólares)

	Balanco em conta financeira			Investimento estrangeiro direto líquido			Investimento de carteira líquido			Outros passivos líquidos de investimento						
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2013 ^a			
Argentina	3 317	295	-1 679	-4 416	6 884	9 232	11 076	9 029	11 149	-4 257	-3 200	-1 682	-14 715	-4 680	-9 555	-11 763
Bolívia (Estado Plurinacional da)	924	971	529	-99	672	859	1 060	1 287	90	186	-360	-469	162	-75	-171	-916
Brasil	98 792	110 807	72 033	77 116	36 917	67 690	68 095	61 924	63 011	35 311	8 770	32 000	-1 136	7 806	-4 832	-16 808
Chile	-5 943	17 811	9 948	14 051	5 912	2 557	9 233	9 501	-6 421	11 534	-3 410	9 309	-5 434	3 719	4 124	-4 760
Colômbia	11 770	13 309	17 295	19 512	-139	5 099	15 952	13 675	973	6 090	5 690	7 317	10 937	2 119	-4 347	-1 480
Costa Rica	1 933	2 534	4 338	4 400	1 441	2 098	1 859	2 551	373	263	2 121	2 531	119	173	358	-682
Equador	217	344	-390	3 901	163	641	591	486	-731	41	67	-1 647	785	-337	-1 048	5 062
El Salvador	-162	660	1 892	928	117	385	516	224	-121	100	883	408	-157	174	492	296
Guatemala	1 584	2 027	2 632	2 104	782	1 009	1 167	1 316	-12	-392	724	1 430	814	1 410	740	-642
Honduras	1 464	1 118	1 451	2 288	971	1 012	1 004	1 064	-41	88	1	1 004	534	18	446	219
México	43 603	50 979	48 485	45 843	7 582	11 168	-7 782	24 600	31 432	45 946	72 856	47 084	4 588	-6 135	-16 588	-25 840
Nicarágua	657	1 781	1 713	1 846	491	961	761	1 004	-91	-220	64	-26	258	1 041	888	868
Panamá	3 011	4 017	3 682	8 045	2 363	2 755	3 020	4 613	-1 058	-679	-116	-192	1 706	1 941	778	3 624
Paraguai	668	-69	186	144	340	215	144	406	0	0	600	1 000	328	-284	-558	-1 262
Peru	13 606	9 161	19 779	16 803	8 189	8 119	12 297	11 979	2 615	0	0	0	2 803	1 042	7 482	4 825
Uruguai	1 057	4 196	6 420	2 817	2 349	2 505	2 774	3 160	-683	1 977	1 642	2 422	-609	-285	2 004	-2 765
Venezuela (República Bolivariana da)	-13 706	-24 775	-8 829	-10 395	73	4 919	756	3 152	3 176	2 007	4 002	-12	-16 955	-31 701	-13 587	-13 535
América Latina	162 792	195 166	179 483	184 887	75 105	121 225	122 523	149 969	103 661	97 996	90 332	100 476	-15 974	-24 054	-33 372	-65 558

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
^a Projeções.

A mudança das expectativas quanto às taxas de juros externas, em particular dos Estados Unidos, esteve acompanhada de um aumento do diferencial entre o rendimento dos bônus externos da região e o dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, variável *proxy* do risco país. Com isso se reverteu a tendência de redução do risco país que acompanhou o anúncio do Banco Central Europeu em 2012 e que fortaleceu o apoio às dívidas soberanas de países da zona do euro e reduziu a percepção de risco global. Essa mudança de tendência se apreciou comparativamente com maior força nos países mais integrados aos mercados internacionais (Brasil, Colômbia, Chile, México, Panamá, Peru e Uruguai) e durante o primeiro semestre. Outros países, por razões de diversa índole, continuaram exibindo níveis de risco substancialmente superiores a estes (veja o quadro IV.3).

Quadro IV.3

América Latina e Caribe (15 países): indicadores de risco país, representado pelo índice de bônus de mercados emergentes (EMBIG)

(Em pontos base)

	EMBIG (médias anuais)			2012				2013			
	2010	2011	2012	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Out-Nov
Argentina	696	701	1 007	854	1 095	1 012	1 066	1 232	1 192	1 106	873
Belize	818	1 011	1 968	1 656	1 706	2 195	2 317	1 232	794	879	859
Brasil	209	195	184	200	213	175	149	174	208	248	239
Chile	131	140	150	157	171	148	124	139	158	171	162
Colômbia	194	166	150	171	172	136	119	140	164	189	178
Equador	954	819	827	810	877	795	826	703	646	632	510
El Salvador	322	383	450	470	486	442	400	341	395	412	364
Jamaica	492	485	656	624	634	662	702	680	654	632	646
México	191	188	190	208	213	178	163	176	196	211	205
Panamá	181	172	165	182	188	155	133	157	176	203	198
Peru	179	194	158	191	185	138	118	138	164	190	179
República Dominicana	373	453	459	535	511	439	349	374	380	404	374
Trinidad e Tobago										297	279
Uruguai	219	200	176	200	213	156	134	156	187	209	191
Venezuela (República Bolivariana da)	1 107	1 213	996	1 003	1 088	1 019	875	760	892	998	1 065
América Latina e Caribe (média simples)	433	451	538	519	554	547	534	457	443	452	421

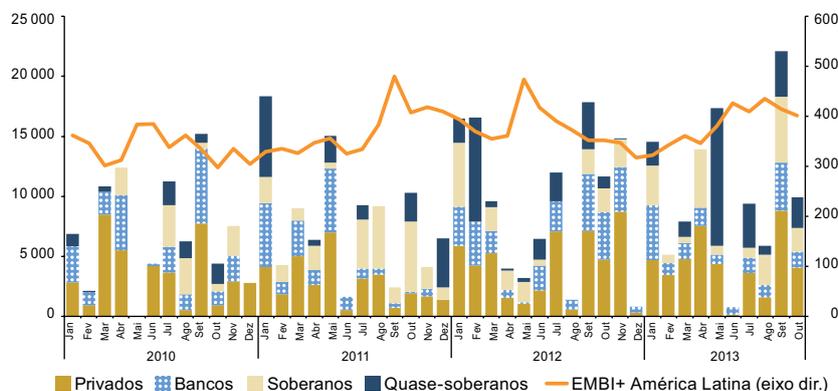
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras de JP Morgan.

Esta alteração na percepção da evolução futura das taxas de juros teria provocado uma busca antecipada de financiamento externo. Assim, tanto os agentes privados como soberanos e quase-soberanos buscaram aproveitar as ainda baixas taxas de juros externas e se dedicaram a acelerar a captação de recursos via emissão de dívida externa. Também chama a atenção que aumentasse o número de países onde agentes privados e soberanos emitiram bônus e incluísse vários países do Caribe e da América Central. Deste modo, no mês de setembro foram emitidos bônus externos por um montante de 22.119 milhões de dólares, a segunda cifra mais alta depois da registrada em outubro de 2009 (veja o gráfico IV.9). Com isso, a emissão anual voltou a incrementar-se em relação ao ano anterior. Em outubro de 2013 o montante emitido já alcançava 106.969 milhões de dólares, pelo que se projeta que o total do ano superará os 114.806 milhões de dólares emitidos em 2012.

Gráfico IV.9

América Latina: emissões de bônus externos e risco país, 2010-2013

(Em milhões de dólares e pontos base)

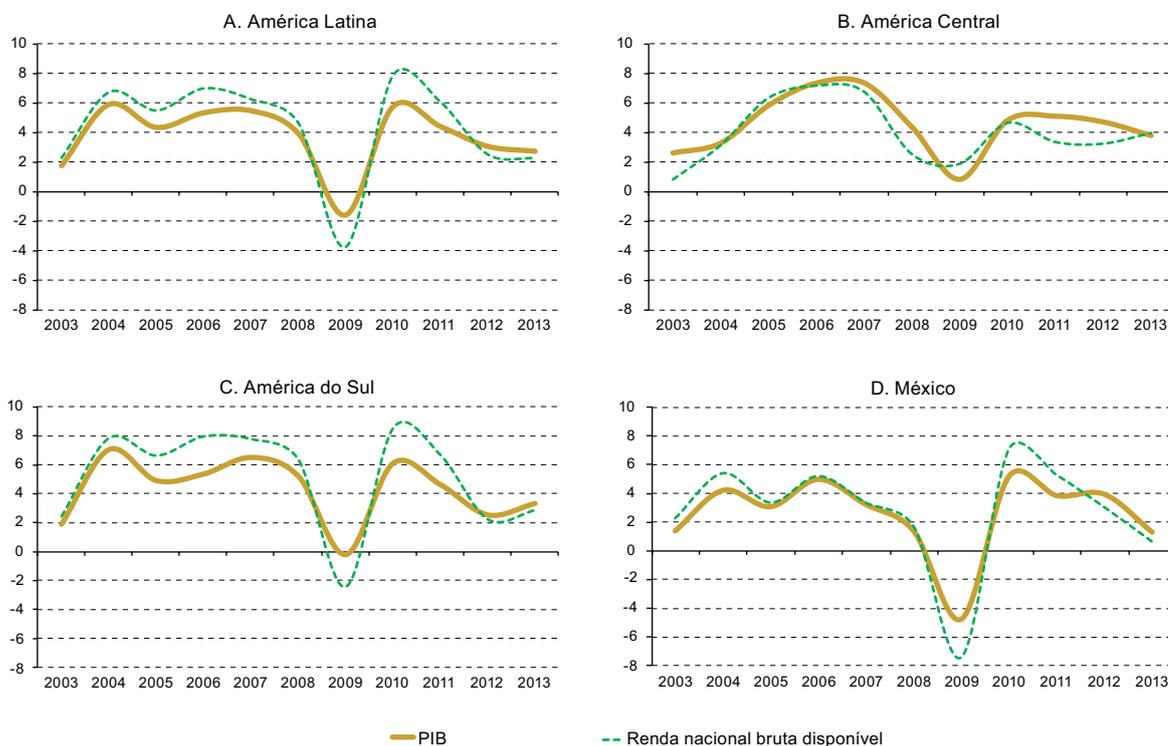


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras de JP Morgan e Latin Finance.

A deterioração do setor externo se traduziu em um menor crescimento da renda nacional bruta disponível, fazendo com que o financiamento do investimento se tornasse mais dependente da poupança externa

A evolução dos termos de troca da região em seu conjunto resultou em uma diminuição dos ganhos derivados da variação dos termos de troca em 2013 em comparação com 2012 e 2011. Somado a um aumento nos pagamentos líquidos ao exterior e a uma diminuição das transferências correntes, isto se traduziu num crescimento da renda nacional bruta de 2,0%, inferior à variação do PIB regional, que aumentou 2,6%. No resultado regional incidiu em forma importante a desaceleração do crescimento da renda nacional bruta disponível do México (veja o gráfico IV.10), associado à redução das remessas enviadas a este país em 2012 e em 2013.

Gráfico IV.10
América Latina: taxa de variação da renda nacional bruta disponível e do PIB, 2003-2013^a
(Em porcentagens, com base em dólares constantes de 2005)



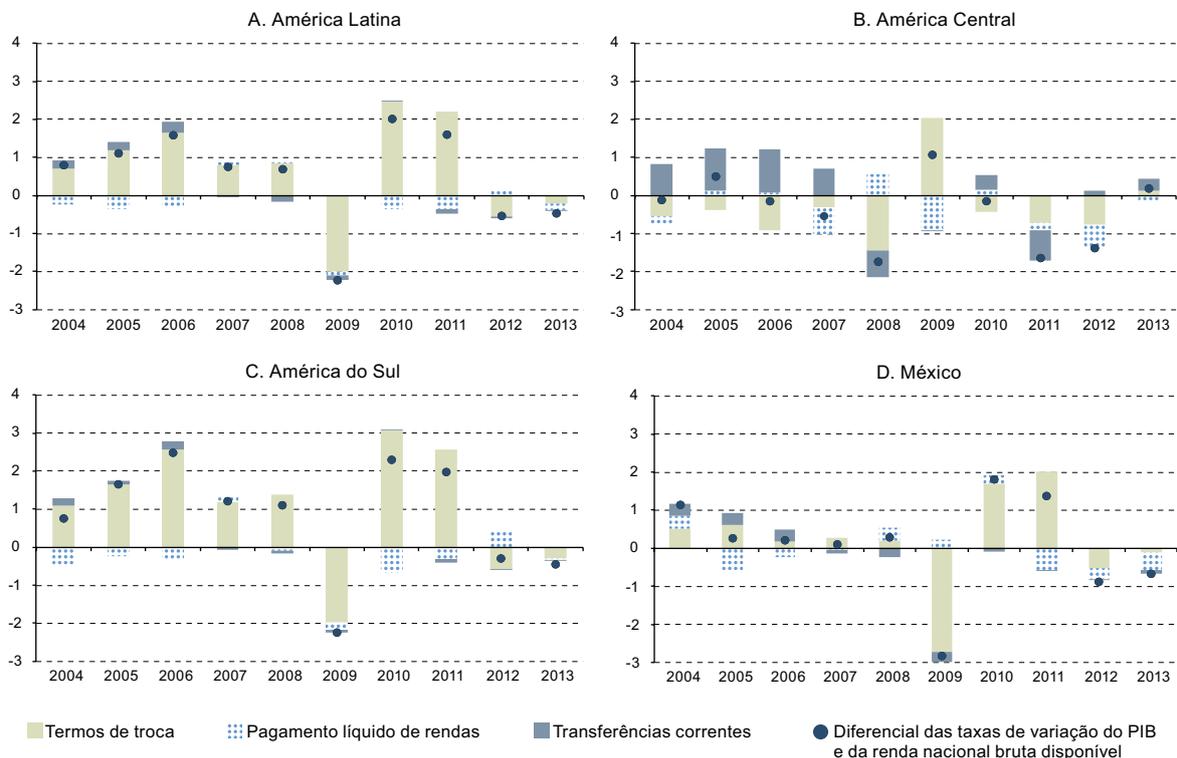
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
^a As cifras de 2013 correspondem a projeções.

O menor crescimento da renda nacional bruta disponível na região também seria uma das explicações para o menor crescimento do consumo e de seu aporte mais reduzido à expansão da demanda agregada. No caso da América do Sul, o menor crescimento da renda nacional bruta disponível esteve associado à evolução dos termos de troca, nos países centro-americanos dependeu primordialmente do crescimento das remessas e no caso do México obedeceu a uma combinação de ambos os fatores (veja o gráfico IV.11).

Por outro lado, esse menor crescimento da renda nacional bruta disponível se traduziu numa menor disponibilidade de poupança nacional, pelo que a poupança externa contribuiu em forma crescente ao financiamento do investimento. Em dólares correntes e em porcentagem do PIB, a poupança nacional anotou na região uma diminuição (de 19,4% do PIB em 2012 a 18,4% do PIB em 2013), enquanto a poupança externa aumentava a 2,5% do PIB em 2013 (desde 1,8% do PIB em 2012), em um contexto em que o investimento bruto de capital regional se manteve em 21,4%, nível similar ao registrado em 2012 (veja o gráfico IV.12) e significativamente menor que o coeficiente presente em outros países de rápido crescimento, como já mencionado.

Gráfico IV.11

América Latina: contribuição dos ganhos derivados da variação dos termos de troca, do pagamento líquido de rendas ao exterior e das transferências correntes líquidas ao diferencial das taxas de variação do PIB e da renda nacional bruta disponível, 2004-2013^a
(Em pontos percentuais, com base em dólares constantes de 2005)

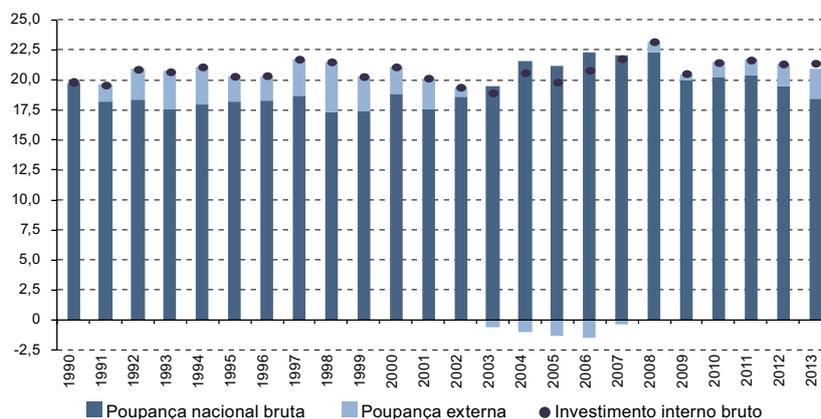


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a As cifras de 2013 correspondem a projeções.

Gráfico IV.12

América Latina: financiamento do investimento, 1990-2013^a
(Em dólares correntes, como porcentagem do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a As cifras de 2013 correspondem a projeções.

Capítulo V

As políticas

Frente à desaceleração das economias, as metas fiscais se modificaram para dar espaço a políticas moderadamente anticíclicas

A região começou a implementar o que poderia ser qualificado como uma moderada política fiscal anticíclica principalmente por meio de flexibilização das metas fiscais, preservando, ao mesmo tempo, a solvência do setor público. Esta combinação foi possível graças às extraordinárias condições de acesso a financiamento, com taxas de juros historicamente baixas.

Tanto devido a menores receitas como a um gasto crescente em muitos países, a região apresenta em 2013 uma deterioração de sua posição fiscal. O déficit global da América Latina chegou a 2,4 pontos do PIB e o saldo primário, corrigido pelo pagamento de juros, foi de -0.6 pontos de PIB, o desempenho mais baixo desde 2009 (veja o quadro V.1 e o gráfico V.1). No Caribe, no entanto, se registrou uma redução do déficit, com um resultado global de -3.0 pontos do PIB.

Em um cenário internacional vulnerável, mas em processo de recuperação, se implementou na América Latina uma série de ajustes para diminuir os efeitos adversos sobre a região. A maioria dos países optou por relaxar suas metas fiscais, o que permitiu ampliar seu espaço de ação sem produzir desajustes na sustentabilidade da dívida pública. As reformas fiscais de 2012 (especialmente tributárias) foram aplicadas em 2013 e, apesar da desaceleração econômica, permitiram incrementar as receitas em vários países da região.

Como se mostra no gráfico V.2, Bolívia (Estado Plurinacional da), Chile e Peru em 2013 mantiveram níveis baixos de dívida pública em comparação com a média regional, com superávits ou leves déficits fiscais. Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, República Dominicana, Panamá e Venezuela (República Bolivariana da) mostram déficits fiscais maiores que a média regional, embora com níveis moderados de endividamento. As demais economias apresentam déficits inferiores a 2% do PIB. No Caribe manteve-se o processo de consolidação fiscal e em 2013 o déficit diminuiu 0,2% do PIB, em média, graças à redução do gasto em alguns países e à implementação de novas medidas tributárias.

Em média, os níveis de endividamento da América Latina continuaram em tendência de baixa; em 2013 a dívida pública desta sub-região permaneceu próxima a 31% do PIB. Entre os países, em alguns a dívida pública se manteve abaixo deste nível, como é o caso da Bolívia (Estado Plurinacional de), Chile, Equador, Guatemala, Haiti, Paraguai e Peru; em outros se registrou um nível de dívida próximo da média, como ocorreu na Colômbia, Nicarágua, Venezuela (República Bolivariana da), e em outros a dívida alcançou níveis mais elevados, como na Argentina, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Panamá, México, Panamá, República Dominicana e Uruguai. O cenário é bem mais heterogêneo no caso dos países do Caribe, onde a dívida pública em 2013 registrou uma média que superava 76% do PIB e alcançou taxas que superam 100% do PIB na Jamaica e em São Cristóvão e Névis. Ante os sérios desequilíbrios fiscais, vários destes países assinaram acordos de reestruturação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou anunciaram grandes reformas fiscais, como se detalha no quadro V.2.

Quadro V.1
América Latina e Caribe: indicadores fiscais do governo central, resultado fiscal 2012
e variações estimadas dos gastos e receitas, 2012-2013^a
(Em porcentagens do PIB)

Região/País	Variações estimadas entre 2013 e 2012									
	Resultado global 2013	Resultado primário 2013	Resultado global	Gastos totais ^b	Composição dos gastos			Composição das receitas		
					Gasto corrente primário	Juros	Gasto em capital	Receitas totais	Receitas tributárias	Outras receitas
América Latina e Caribe (33 países)	-2,5	-0,1	0,1	0,7	0,3	0,1	0,3	0,8	0,5	0,3
América Latina (19 países)	-2,4	-0,6	-0,3	0,7	0,4	0,0	0,2	0,5	0,4	0,1
Caribe (13 países)	-3,0	0,5	0,2	0,8	0,2	0,1	0,4	1,0	0,2	0,7
América Central e República Dominicana	-2,9	-1,1	0,1	0,3	0,3	0,1	-0,2	0,4	0,5	-0,1
Exportadores de hidrocarbonetos ^c	-2,9	-1,0	-1,0	2,4	1,3	0,1	1,0	1,4	0,6	0,8
Exportadores de minerais e metais ^d	-0,5	0,3	-1,4	0,7	0,5	0,0	0,1	-0,7	-0,6	-0,1
Exportadores de alimentos ^e	-1,9	-0,4	0,1	0,9	0,4	-0,1	0,6	1,0	0,5	0,5
Exportadores de serviços ^f	-2,8	1,1	0,3	0,4	0,1	0,1	0,1	0,7	0,0	0,7
Brasil	-2,0	2,2	-0,0	0,1	0,7	-0,5	-0,1	0,1	0,1	0,0
México ^g	-2,4	-0,4	0,2	-1,2	-0,9	0,2	-0,4	-1,0	1,1	-2,0

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e orçamentos oficiais, e em estimativas.

^a Médias simples. Os dados de 2013 correspondem a estimativas.

^b A variação dos gastos totais inclui modificações na concessão líquida de empréstimos.

^c Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador, Trinidad e Tobago e Venezuela (República Bolivariana da).

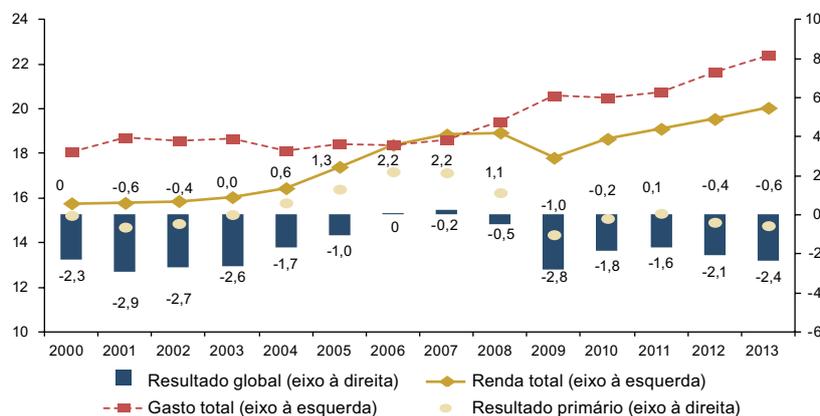
^d Chile e Peru.

^e Argentina, Paraguai e Uruguai.

^f Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Jamaica, Panamá, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia.

^g Setor público.

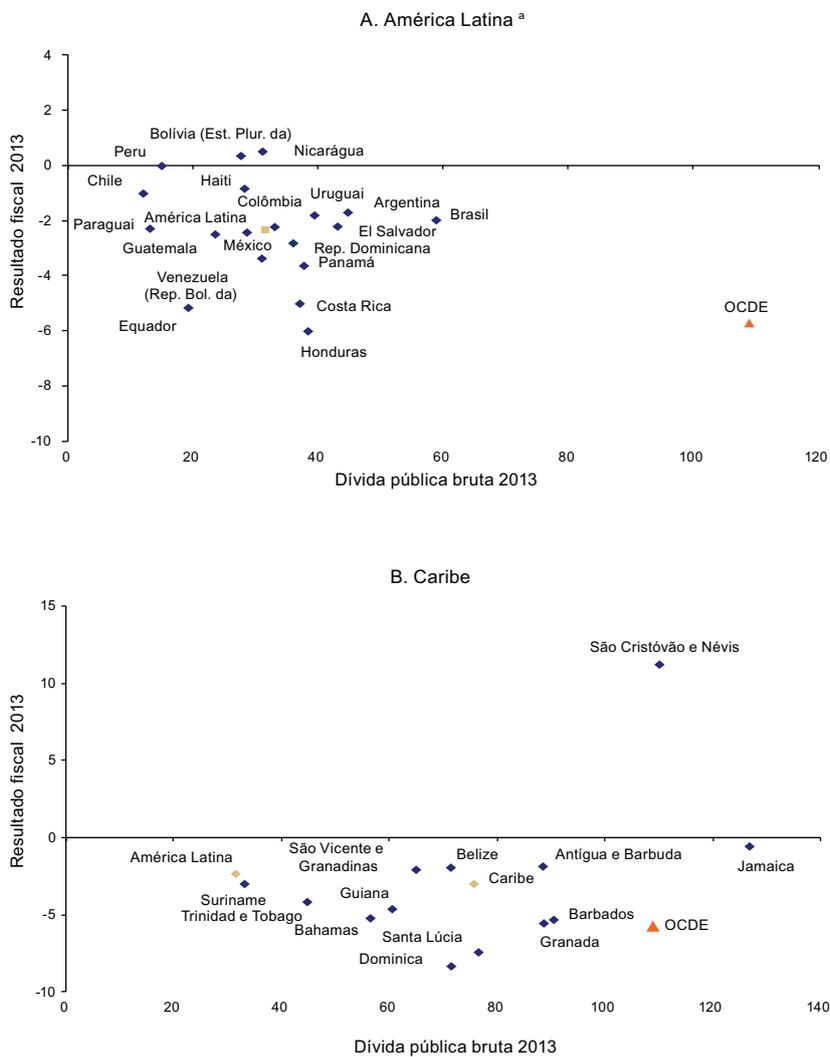
Gráfico V.1
América Latina (19 países): indicadores fiscais do governo central, 2012-2013^a
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e orçamentos oficiais, e em estimativas.

^a Médias simples. Os dados de 2013 correspondem a estimativas.

Gráfico V.2
América Latina e Caribe: resultado fiscal global e dívida pública, 2013
 (Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e orçamentos oficiais, e em estimativas.

^a No caso do México, a cobertura corresponde ao setor público.

Quadro V.2
América Latina e Caribe: medidas e reformas das finanças públicas, 2013

País	Reforma
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Estabeleceu-se um Novo Plano de Facilidades de Pagamento para regularizar dívidas de impostos, aduaneiras e com a seguridade social. - Introduziu-se um regime de exteriorização voluntária da posse de moeda estrangeira, permitindo que as divisas não declaradas ao Fisco, mantidas no exterior ou dentro do país, ingressassem ao sistema bancário (por um prazo de 6 meses). Sujeitos a certas condições, estes fundos ficam liberados do pagamento de impostos, multas e sanções. - Modificou-se o Imposto sobre ganhos: elevação do patamar de isenção; incremento da dedução geral; se tributa com uma alíquota de 15% a compra e venda de ações e títulos não negociados em bolsa; se elimina a isenção que beneficiava os investidores residentes no exterior pela compra e venda de ações e se aplica uma alíquota de 10% à distribuição de dividendos. Aumento do recebimento antecipado, por conta do imposto aos ganhos, de 20% dos consumos efetuados no exterior por meio de cartão de débito e/ou crédito. Dedução da primeira metade da gratificação anual complementar (aguinaldo) no caso de remunerações inferiores a 25 mil pesos mensais. - Incrementaram-se as escalas para o Minitributo ou Regime Simplificado para Pequenos Contribuintes. Também se modificaram as contribuições fixas destinadas ao Sistema Nacional de Seguro de Saúde e ao Regime Nacional de Obras Sociais. - Incrementou-se o máximo de contribuição para o cálculo de aportes à Seguridade Social (Resolução 30/2013 e 266/2013). - Elevaram-se as alíquotas dos direitos de importação aplicáveis a certos bens de consumo. - Reduziu-se a alíquota efetiva dos direitos de exportação cobrados ao setor de hidrocarbonetos.
Bolívia (Estado Plurinacional da)	<ul style="list-style-type: none"> - Incrementou-se em 6% o salário dos servidores públicos e se estabeleceu a escala salarial de referência para a remuneração mensal das máximas autoridades do Estado. - Adotou-se a Lei do Livro e da Leitura "Oscar Alfaro": a importação de livros ficou isenta do Imposto sobre o valor agregado (IVA) e sua venda ficou sujeita a uma taxa zero deste mesmo imposto. - Introduziram-se modificações ao imposto à venda de moeda estrangeira, que incide sobre 0,70% do resultado de cada operação de venda de moeda estrangeira. Também se modificou a base de cobrança de impostos, para incluir o movimento total das casas de câmbio. - Baixaram-se temporariamente a 0% as alíquotas da tarifa de importação de óleo diesel (por um ano), produtos de tomate (até 31 de dezembro de 2013), e produtos de trigo e centeio (por 180 dias).
Chile	<ul style="list-style-type: none"> - A Câmara de Deputados aprovou um projeto de lei para universalizar o uso da fatura eletrônica, com o fim de melhorar o cumprimento da legislação tributária, e que reduziria o imposto ("impuesto de timbres y estampillas") que incide sobre os documentos ou atos que envolvem uma operação de crédito em dinheiro, como letras de câmbio ou notas promissórias, com o objeto de beneficiar a pequena e média empresa. - Criou-se o Conselho Fiscal Assessor para validar os cálculos do balanço estrutural, entidade que, para o Orçamento de 2014, verificou as estimativas das receitas ciclicamente ajustadas com as quais se define o gasto máximo compatível com a meta fiscal. - Criou-se o Fundo para a Educação, com um montante de 4,0 bilhões de dólares, cujo objetivo é complementar o financiamento das obrigações fiscais contidas na partida do Ministério de Educação considerada na Lei de Orçamentos.
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> - Isentaram-se, a partir de maio de 2013, do pagamento de aportes parafiscais todos aqueles recursos destinados ao Serviço Nacional de Aprendizagem (SNA) e ao Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) oriundos de qualquer empresa que cumpra certas condições. - Aprovou-se a ampliação, até 2015, do prazo para a aplicação de tarifa zero na importação de produtos industriais.
Costa Rica	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciou-se a cobrança de um imposto de 25 dólares por cada declaração aduaneira de exportação referente a mercadorias destinadas a sair do país por um posto fronteiriço terrestre.
Equador	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovou-se a Lei Orgânica de Incentivos para o Setor Produtivo com o fim de apoiar os exportadores cujo nível de acesso a um determinado mercado tenha piorado, por mudanças nos níveis tarifários ou por imposição de sanções unilaterais. - Reformou-se a atual Lei Orgânica do Sistema Nacional de Contratação Pública para aumentar a transparência nos processos de contratação e dar prioridade aos produtos e serviços nacionais. - Modificou-se a fiscalização do setor de mineração, estabelecendo-se novas definições de mineração artesanal e de pequena, média e grande mineração, bem como o destino das receitas oriundas dos <i>royalties</i>.
El Salvador	<ul style="list-style-type: none"> - Decretaram-se limites tanto aos incrementos salariais como à criação de novas vagas no setor público. - Reformou-se a Lei de Serviços Internacionais, que outorga incentivos fiscais, para incluir novas atividades e ampliar as definições de outras visando a promover o investimento no país. - Ampliou-se a isenção do imposto que incide sobre transferência de bens móveis e a prestação de serviços para os proprietários de ônibus, miniônibus e veículos de aluguel, com o propósito de favorecer os usuários do transporte público de passageiros.
Guatemala	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovou-se a Lei de Fortalecimento da Institucionalidade para a Transparência e a Qualidade do Gasto Público com o objetivo de dar mais transparência ao manejo do orçamento e dos recursos públicos. Destacam-se as reformas da Lei Orgânica do Orçamento que tornam obrigatórias a prestação de contas de todos aqueles que administrem ou executem fundos públicos e que impõem sanções aos que aprovem dívida flutuante, entre outros aspectos. Também se destacam as mudanças na Lei Orgânica da Superintendência de Administração Tributária, que fixa as metas anuais, e no Plano Anual de Arrecadação, Controle e Fiscalização que estabelecem, entre outras matérias, que o cargo de membro do Conselho de Administração deixa de ser vitalício. - Estabeleceu-se uma redução de 50% no imposto sobre a circulação de veículos e uma anistia fiscal aos impostos em atraso.
Honduras	<ul style="list-style-type: none"> - Suspenderam-se, por 60 dias corridos, todas as isenções, exonerações e franquias aduaneiras que outorga a Secretaria de Estado no setor de finanças. Criou-se a Comissão Especial para a Análise e Controle das Isenções, Exonerações e Franquias Aduaneiras. - Estabeleceu-se uma anistia para o pagamento de juros, multas, cargas ou recargas por mora na via administrativa ou judicial, acumulados até 31 de dezembro de 2012.

Quadro V.2 (conclusão)

Pais	Reforma
Jamaica	- O governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinaram um acordo na modalidade "Extended Fund Facility" com vigência de quatro anos, que se traduzirá num crédito de 958 milhões de dólares, complementados por outros 1.020 milhões de dólares anunciados pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (510 milhões de dólares, cada um). O acordo foi possível depois de o governo haver cumprido determinadas condições estabelecidas pelo FMI, entre as que se incluiu um <i>swap</i> da dívida doméstica, medidas fiscais e congelamento de salários dos funcionários.
México	- Reformou-se o Código Fiscal da Federação para simplificar o pagamento de impostos, captar novos contribuintes e assegurar a plena integração destes ao ciclo tributário. - Modificou-se a Lei de Coordenação Fiscal, para fortalecer a transparência no exercício do gasto de estados e municípios. - Ratificou-se uma reforma da lei aduaneira para agilizar o comércio internacional. - A reforma da Lei Geral de Contabilidade Governamental permite que a partir de 2015 a Tesouraria da Federação, por meio da Secretaria de Educação Pública, efetue diretamente os pagamentos ao pessoal da educação. - Reformou-se a Lei Federal de Orçamento e Responsabilidade Fazendária: se destaca a eliminação do imposto empresarial em taxa única (IETU), uma taxa do imposto de renda mais progressiva e a elevação de sua alíquota máxima, de 30% a 35%, um imposto de 10% sobre ganhos de capital na bolsa de valores e um de 5% à venda e importação de alimentos não básicos de alta densidade calórica. Esta reforma também introduz medidas de austeridade para os três poderes da união e para os órgãos autônomos. Estabelece-se que o gasto corrente estrutural do governo federal deverá crescer apenas 2% em 2015 e 2016, e contemplar uma cláusula de exceção que permita solicitar ou realizar um gasto corrente maior, sempre e quando se acompanhe da devida justificativa.
Panamá	- Criou-se a Autoridade Nacional de Receitas Públicas (ANIP) que terá a seu cargo o reconhecimento, arrecadação, liquidação, cobrança, devolução, investigação e fiscalização dos tributos. Também se regulou a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Tesouraria e se criou a Conta Única do Tesouro Nacional. - Deu-se a oportunidade de os contribuintes regularizarem a situação em relação aos tributos administrados pela ANIP até o período fiscal 2011. - Modificou-se a tarifa nacional de importação para proteger a produção nacional de álcool etílico.
Paraguai	- Aprovou-se a Lei N° 5098 de Responsabilidade Fiscal que estabelece regras gerais de comportamento fiscal orientadas à estabilidade e sustentabilidade das finanças públicas.
Peru	- Aprovou-se a Lei de Fortalecimento da Responsabilidade e Transparência Fiscal (N° 2666/2013-PE) com o principal objetivo de fortalecer o atual marco macrofiscal por meio de uma maior previsibilidade e estabilidade do gasto público, isolando-o da fonte mais volátil das receitas públicas.
República Dominicana	- Eliminou-se, por seis meses, o imposto sobre a transferência de bens industrializados e serviços (ITBIS) na compra de moradias de baixo custo. - Derrogou-se o imposto aos ativos financeiros produtivos anuais —estabelecido em 2011—, cumprindo o acordo entre o Ministério da Fazenda, a Direção Geral de Impostos Internos (DGII) e as entidades de intermediação financeira assinado em fevereiro, que obriga estas entidades a realizar um pagamento único de antecipação adicional do imposto de renda por um montante conjunto de 2,5 bilhões de pesos.
Uruguai	- Derrogou-se o Imposto sobre a concentração de Imóveis rurais (ICIR, por haver sido declarado inconstitucional) e modificou-se o imposto ao patrimônio para incluir os produtores cujos ativos estejam dedicados à exploração agropecuária. - Foram prorrogados, até 31 de julho de 2014, os benefícios a turistas residentes no exterior, incluindo a redução total do IVA aplicável a serviços turísticos, o que se aplica a pagamentos realizados com cartões de débito ou de crédito emitidas no exterior. - Derrogou-se a exoneração do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF) e o Imposto de renda dos não residentes (IRNR), pelo que a venda de ações ao portador passa a ser tributada nas mesmas condições que as ações nominativas.
Venezuela (República Bolivariana da)	- Incorporaram-se exonerações ao imposto de renda, para promover o investimento na exploração primária (incluindo as atividades agrícolas, florestais, pecuárias, avícolas, pesqueiras e de aquicultura e piscicultura) e para os projetos de mineração em colaboração com o Governo da China.

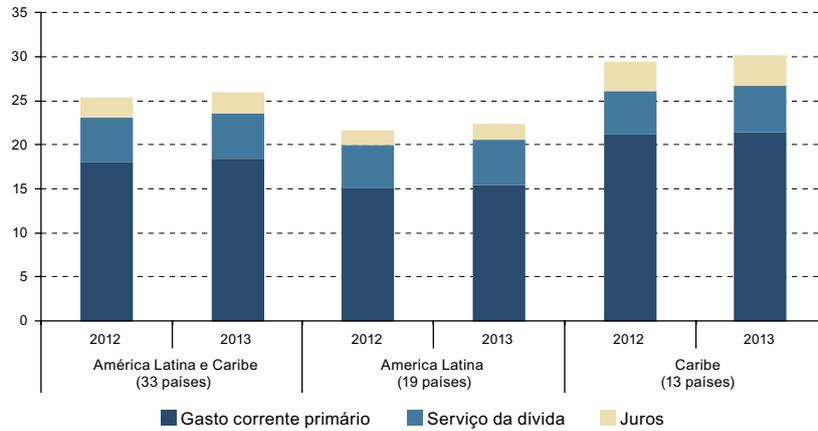
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

O gasto manteve sua tendência de alta na maioria dos países da região

Na América Latina o aumento do gasto público foi da ordem de um ponto percentual, de 21,6% do PIB em 2012 a 22,4% do PIB em 2013 (veja o gráfico V.3). Os países onde ocorreram os maiores incrementos foram Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Equador, Guatemala e Peru. No Caribe, em Antígua e Barbuda, Guiana e Trinidad e Tobago os gastos se incrementaram mais de 3 pontos do PIB, financiados por receitas provenientes da exportação de matérias-primas e por doações de capital.

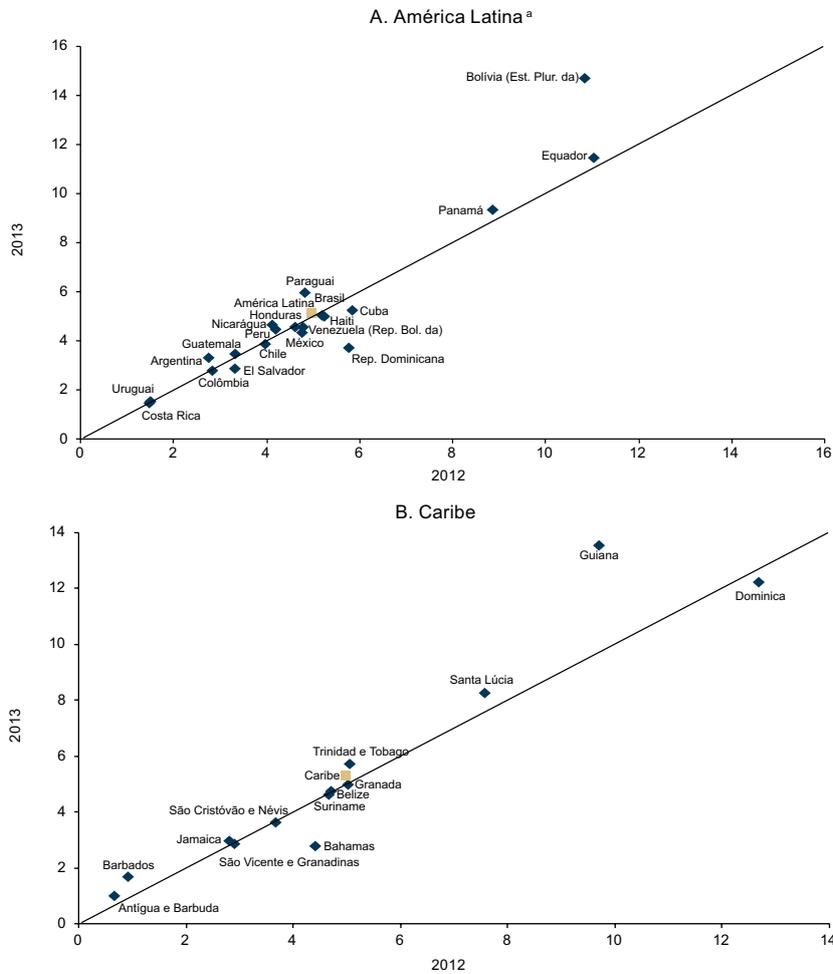
Em 2013, o gasto de capital se manteve em alta em toda a região, incrementando-se de 5,0% a 5,2% do PIB, em média. Este aumento generalizado dos níveis de investimento, em especial em infraestrutura, contribuiu para reativar a demanda interna como fonte de crescimento da região, ante a desaceleração da demanda externa. Na América Latina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Equador e Panamá registraram gastos de capital superiores a 10% do PIB em 2013. No Caribe, Dominica e Guiana alcançaram taxas superiores a 12% do PIB (veja o gráfico V.4). Brasil, México e Venezuela (República Bolivariana da) se registraram ajustes à baixa dos gastos de investimento. Os países do Caribe em 2013 mantiveram, neste sentido, uma tendência positiva, embora bem mais moderada do que a de anos precedentes.

Gráfico V.3
América Latina e Caribe: gasto do governo central, 2012-2013
 (Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e orçamentos oficiais, e em estimativas.

Gráfico V.4
América Latina e Caribe: gasto de capital do governo central, 2012-2013
 (Em porcentagens do PIB)

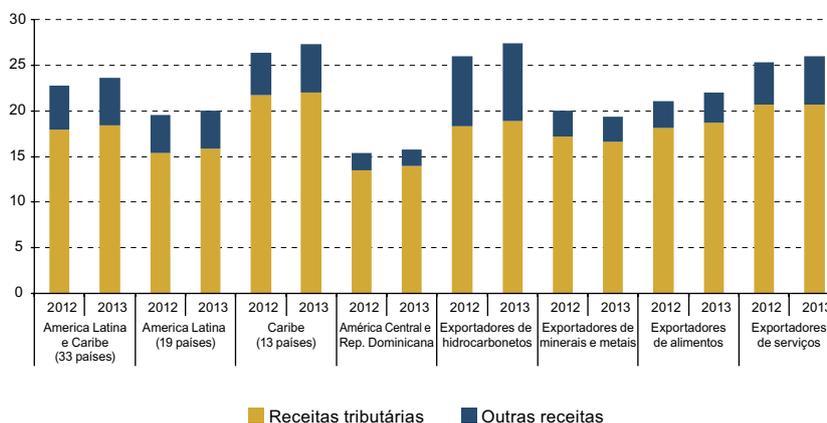


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e orçamentos oficiais, e em estimativas.
^a No caso do México, a cobertura corresponde ao setor público.

Recentes reformas tributárias e crescentes receitas de hidrocarbonetos impulsionaram um aumento nas receitas fiscais da região

As receitas fiscais da região em seu conjunto aumentaram 0,8% do PIB em 2013. Na América Latina, o aumento de 0,5 pontos percentuais do PIB foi impulsionado pela favorável evolução das receitas fiscais dos países exportadores de hidrocarbonetos e de alguns países da América Central (Guatemala, Nicarágua e República Dominicana) (veja o quadro V.1 e o gráfico V.5). No Caribe, embora as receitas tributárias tenham apresentado um pequeno crescimento (0,2% do PIB), o aumento de 1% do PIB das receitas fiscais se explica principalmente por um considerável incremento das doações.

Gráfico V.5
América Latina e Caribe: receitas fiscais totais e receitas tributárias do governo central,
por sub-regiões e grupos de países, 2012-2013^a
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e orçamentos oficiais, e em estimativas.

^a Os dados de 2013 correspondem a estimativas. Os grupos de países são os seguintes: exportadores de hidrocarbonetos: Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador, Trinidad e Tobago e Venezuela (República Bolivariana da); exportadores de minerais e metais: Chile e Peru; exportadores de alimentos: Argentina, Paraguai e Uruguai; exportadores de serviços: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Jamaica, Granada, Panamá, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia.

De modo geral, nos países da América Latina em que se incrementaram as receitas (14 de 19) isto ocorreu de forma moderada. As estimativas mostram que o aumento superou 1 ponto do PIB na Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Guatemala, República Dominicana e Uruguai. O incremento das receitas fiscais na Argentina se explica por aumentos das receitas tributárias (maiores arrecadações do imposto sobre o valor agregado, do imposto aos lucros, do imposto que incide sobre os créditos e débitos em contas bancárias e sobre os direitos de importação) e das receitas não tributárias (devido ao significativo incremento das rendas da propriedade pelas transferências de lucros do Banco Central e das rendas do Fundo de Garantia de Sustentabilidade (FGS)).

No Estado Plurinacional da Bolívia as receitas tributárias aumentaram devido à forte expansão da economia e à posta em marcha em 2012 e 2013 de novas medidas que incrementaram a participação do setor financeiro na carga tributária (veja o quadro V.2). Ao mesmo tempo, cresceram as receitas por hidrocarbonetos graças a que a produção de gás natural alcançou máximos históricos. Na Guatemala, por sua vez, o desempenho das receitas fiscais se explica por um aumento da carga tributária devido à maior arrecadação dos impostos diretos como resultado das reformas tributárias de 2009 e 2012. O incremento da arrecadação na República Dominicana também é consequência principalmente da reforma tributária de 2012. No Uruguai, a demanda interna segue sendo essencial para a evolução das receitas fiscais, tanto tributárias como não tributárias.

No caso do México, a queda observada nas receitas totais, de 1 ponto percentual do PIB (veja o quadro V.1), se explica fundamentalmente por uma baixa das receitas não tributárias derivadas da exploração de recursos naturais não renováveis (direitos a hidrocarbonetos). No entanto, as receitas tributárias mostraram um importante incremento como resultado da maior arrecadação do imposto de renda —apoiada pela venda do Grupo Modelo— e de um menor déficit do imposto especial sobre produção e serviços (IEPS) aplicado a combustíveis. A reforma tributária aprovada no último trimestre de 2013 deverá traduzir-se num maior aumento da arrecadação em 2014.

Entre os países especializados na exportação de produtos primários se observam diferentes tendências, que refletem em parte a trajetória da produção e dos preços de seus produtos. Nos países exportadores de hidrocarbonetos se registrou entre 2012 e 2013 um aumento das receitas fiscais de cerca de 1,4% do PIB, devido principalmente ao incremento da produção de hidrocarbonetos na Bolívia (Estado Plurinacional da) e na Colômbia. Neste último país, o aumento da produção de hidrocarbonetos, somado a preços relativamente elevados, contribuiu a expandir as receitas fiscais provenientes de recursos naturais não renováveis. A reforma tributária de 2012, que entrou em vigor em 2013, também teve um impacto positivo sobre a evolução das receitas tributárias.

As estimativas das receitas com base em dados mensais sugerem que no Equador o aumento da arrecadação deveu-se a receitas não petroleiras muito dinâmicas. Em contraste, na República Bolivariana da Venezuela houve uma diminuição da arrecadação, devido a uma menor contribuição do setor petróleo, que não foi compensada por outras receitas.

Nos países que exportam minerais e metais a combinação de preços mais baixos e aumento dos custos de produção levaram a uma diminuição das receitas fiscais como porcentagem do PIB (-0,7%). No Chile e no Peru as receitas oriundas do imposto de renda do setor de mineração diminuíram em forma significativa durante o ano, contribuindo a uma queda das receitas tributárias correspondente a 0,6% do PIB. Em ambos os países se destaca a introdução de novas medidas para aperfeiçoar as regras fiscais dirigidas a suavizar o impacto de grandes variações nas receitas (veja o quadro V.2).

Os esforços da política monetária estiveram orientados a sustentar a demanda interna e a enfrentar a volatilidade financeira internacional

Nas economias da região que adotaram esquema de meta de inflação, as pressões inflacionárias tenderam a manter-se dentro das metas fixadas pelas autoridades, o que permitiu que a maioria dos bancos centrais (5 de 7) decidisse reduzir as taxas de referência ao longo de 2013. No caso do Brasil, suas taxas de referência só registraram movimentos de alta, em um esforço das autoridades por levar a inflação observada ao nível central da meta fixada. Dado o grau de integração que as demais economias têm com os mercados financeiros internacionais, o movimento das taxas também foi adotado como resposta à eventual entrada em vigor da redução e à possível reversão da política de estímulos monetários implementada pela Reserva Federal dos Estados Unidos.

Por sua vez, naquelas economias que empregam seus agregados monetários como principal instrumento para a condução da política monetária, a taxa de crescimento tendeu a desacelerar-se, em especial nas economias centro-americanas e nas economias dolarizadas. Para o conjunto das economias da América do Sul que não aplicam o enfoque de política monetária baseado em metas explícitas de inflação, incluindo a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Paraguai, Uruguai⁹ e Venezuela (República bolivariana da), os agregados monetários experimentaram um incremento significativo, e no caso do M1 as taxas de variação anualizadas superaram 30%. Esta média, porém, está altamente influenciada pelo crescimento dos agregados monetários na Argentina e na Venezuela (República Bolivariana da). Ao excluir estes dois países da estimativa, a taxa média do grupo cai a 15%, similar à registrada em 2012 (veja o gráfico V.7).

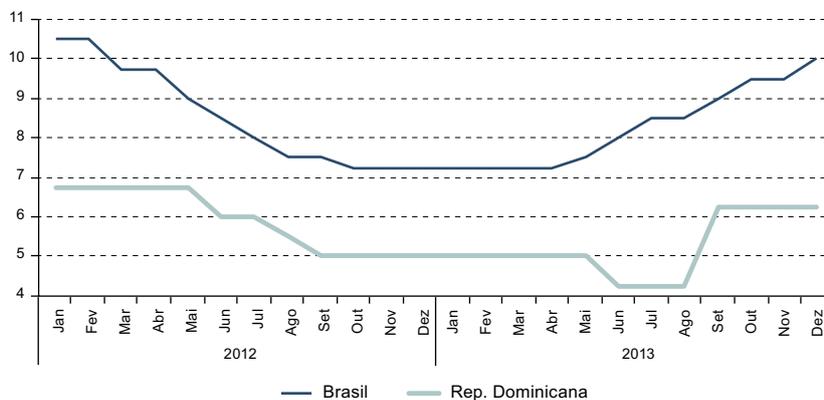
As ações de política antes mencionadas ocorreram num contexto em que o crédito interno ao setor privado tendeu a desacelerar-se em forma generalizada na região. Embora esta desaceleração atingisse todos os setores aos quais se destina este crédito, a desaceleração mais notória se apresentou no setor comércio.

⁹ O Banco Central do Uruguai abandonou o emprego de uma taxa de juros de referência e voltou a usar as variáveis de oferta de dinheiro como sua principal ferramenta da política monetária, com o objetivo de melhorar a luta contra a inflação em um contexto de grandes fluxos de capital estrangeiro. Decidiu, ademais, ampliar sua banda oficial para a meta de inflação, para aumentar a credibilidade e incidir de maneira mais efetiva nas expectativas.

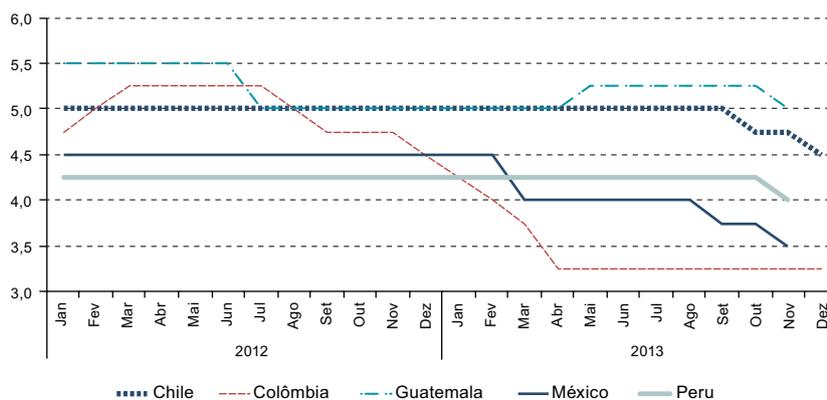
Gráfico V.6

Taxas de referência da política monetária em países com esquema de meta de inflação
(Em porcentagens)

A. Taxas em alta durante 2013



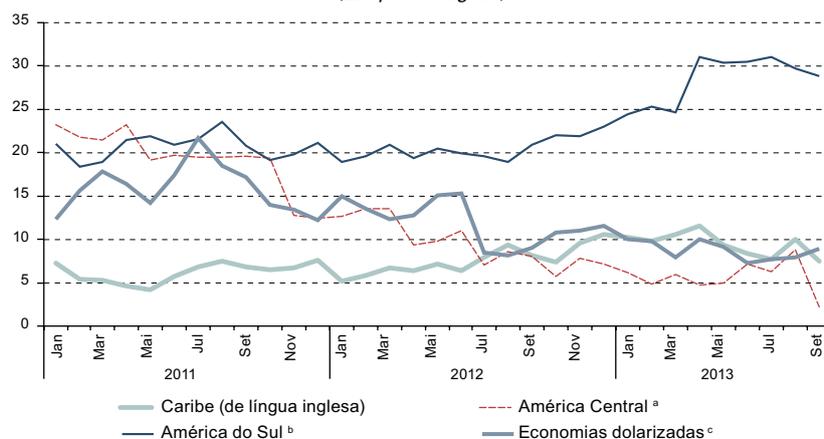
B. Taxas em baixa durante 2013



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Gráfico V.7

América Latina e Caribe: crescimento anualizado do agregado monetário M1, 2011-2013
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

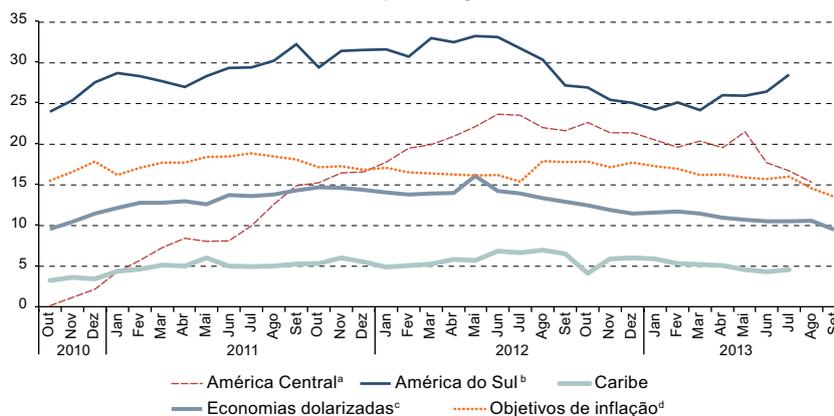
^a Costa Rica, Haiti, Honduras e Nicarágua.

^b Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Paraguai, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

^c Equador, El Salvador e Panamá.

Nos países da América do Sul que não empregam o mecanismo de metas de inflação, o crescimento do crédito se acelerou a partir do segundo trimestre do ano, principalmente nos casos da Argentina e da Venezuela (República Bolivariana da). Além disso, as taxas das operações de crédito (taxas ativas) registraram uma ligeira tendência à baixa na maioria das economias da região, e só nos casos da Argentina, Brasil, Honduras, Suriname e Uruguai, se moveram à alta.

Gráfico V.8
América Latina e Caribe: crescimento anualizado do crédito interno para o setor privado,
outubro de 2010 a setembro de 2013
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Costa Rica, Haiti, Honduras e Nicarágua.

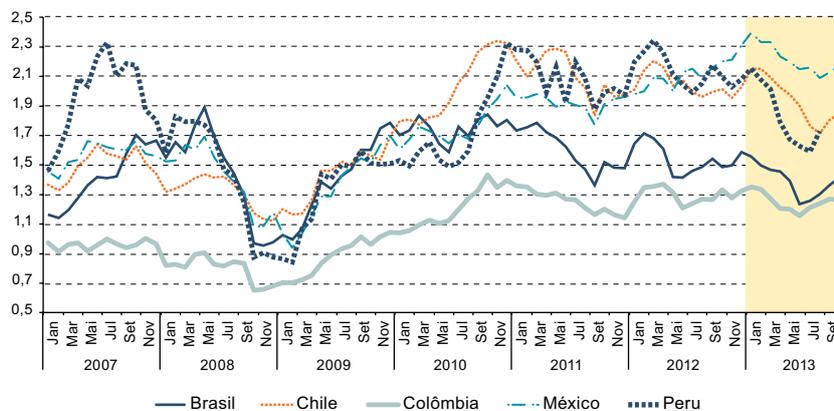
^b Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Paraguai, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

^c Equador, El Salvador e Panamá.

^d Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Guatemala e República Dominicana.

A atividade no mercado de ações, por sua vez, mostrou uma tendência flutuante e parcialmente à baixa, ao considerar a dinâmica observada nas principais bolsas de valores da América Latina. Ao mesmo tempo em que registravam uma queda, os índices de atividade evidenciaram, em relação aos níveis de 2012, um incremento da volatilidade implícita. Embora as bolsas tenham acumulado perdas entre dezembro de 2012 e outubro de 2013, as cotações alcançaram um mínimo na época em que o FED anunciou o possível fim dos programas de estímulo monetário; contudo, com a mudança de expectativas a partir de setembro —quando se anunciou que a redução dos estímulos ocorreria de maneira gradual e mais adiante—, as cotações das ações tenderam a recuperar-se (veja o gráfico V.9).

Gráfico V.9
América Latina (países selecionados): evolução do mercado de valores, janeiro de 2007 a setembro de 2013^a
(Índice, janeiro de 2006=1,00)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Os índices correspondem aos seguintes países: IBOV: Brasil; MEXBOL: México; IGBC: Colômbia; IPSA: Chile; IGBVL: Peru. A escala da esquerda se aplica a Brasil, México, Colômbia e Chile, e a da direita ao Peru.

As diferenças de política monetária se refletem em diferentes trajetórias inflacionárias

No segundo semestre de 2013 a mediana das taxas de inflação dos países da América Latina e do Caribe mostrou um ligeiro incremento em relação aos meses anteriores, com o que a taxa de inflação média da região se manteve em alta ao longo do ano. Em 12 meses acumulados a outubro, a média simples da taxa de inflação nos países situou-se em 7,2%, comparado com 5,5% acumulados em 12 meses a dezembro de 2012. Ao recrudescimento das taxas de inflação contribuiu a maior alta dos preços dos alimentos em alguns países, como resultado, principalmente, de fenômenos pontuais que afetaram a oferta local de alimentos (veja o quadro V.3). Em termos sub-regionais, a alta da taxa de inflação se observou principalmente na América do Sul (veja o gráfico V.10). A despeito do resultado regional, se apreciam diferenças importantes entre países e a dispersão das taxas de inflação registradas na região é considerável.

Quadro V.3
América Latina e Caribe: taxas de variação em 12 meses do IPC e do índice de preços dos alimentos,
média simples, dezembro de 2012 e outubro de 2013
(Em porcentagens)

	Inflação acumulada em 12 meses, data-base dezembro de 2012		Inflação acumulada em 12 meses, data-base outubro de 2013	
	IPC geral	IPC alimentos e bebidas	IPC geral	IPC alimentos e bebidas
América do Sul	6,3	7,8	9,7	12,6
Argentina	10,8	9,9	10,5 ^a	7,1
Bolívia (Estado Plurinacional da)	4,5	5,0	7,5	11,8
Brasil	5,8	9,9	5,8	8,9
Chile	1,5	5,5	1,5	4,0
Colômbia	2,4	2,5	1,8	0,7
Equador	4,2	5,5	2,0	0,5
Paraguai	4,0	1,3	4,4	8,4
Peru	2,6	4,1	3,0	3,3
Uruguai	7,5	10,0	8,7	9,1
Venezuela (República Bolivariana da)	19,5	24,0	51,7	72,3
América Central e México	4,5	5,1	4,0	5,0
Costa Rica	4,5	3,1	4,1	4,1
El Salvador	0,8	1,1	0,5	2,4
Guatemala	3,4	6,0	4,2	7,7
Haiti	7,8	8,8	4,5	4,7 ^b
Honduras	5,4	3,8	4,6	4,5
México	3,6	7,2	3,4	2,7
Nicarágua	7,1	9,2	6,5	8,2
Panamá	4,6	0,2	3,9	6,0
República Dominicana	3,9	6,8	4,7	4,9
Caribe	2,9	5,4	2,2	3,3
Antígua e Barbuda	1,8	2,6	0,8	1,9 ^c
Bahamas	0,7	...	-0,4	0,1
Barbados	2,4	5,4	2,7	3,7 ^d
Belize	0,8	1,7	1,6	2,8 ^e
Dominica	2,0	3,0	0,5	1,3 ^c
Granada	1,8	1,3	0,7	1,4 ^c
Guiana
Jamaica	8,0	14,3	10,3	9,9
São Cristóvão e Névis	0,2	0,0	0,6	2,8 ^c
Santa Lúcia	5,0	10,4	2,6	8,6 ^c
São Vicente e Granadinas	1,0	1,1	0,9	1,8 ^c
Suriname	4,4	6,4	2,5	2,0 ^f
Trinidad e Tobago	7,1	12,7	3,0	3,0 ^b

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a A taxa média de inflação, medida pelo IPC dado a conhecer pelas províncias que realizam um levantamento mensal deste indicador e têm informação publicada referente a outubro de 2013 (San Luís e Tierra del Fuego), é de 25% nos últimos 12 meses.

^b Setembro de 2013 em relação a setembro de 2012.

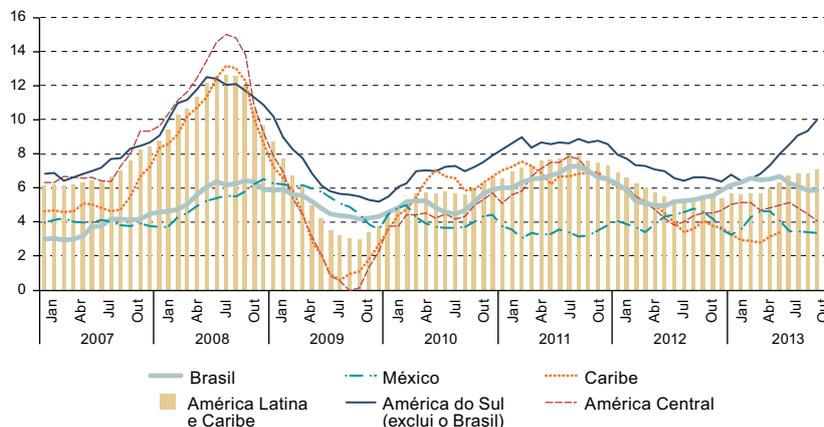
^c Junho de 2013 em relação a junho de 2012.

^d Julho de 2013 em relação a julho de 2012.

^e Maio de 2013 em relação a maio de 2012.

^f Agosto de 2013 em relação a agosto de 2012.

Gráfico V.10
América Latina e Caribe: taxas de inflação em 12 meses, média simples,
janeiro de 2007 a outubro de 2013
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Venezuela (República Bolivariana da) e Argentina são as duas economias que mostraram as taxas de inflação mais elevadas, seguidas pela Jamaica, Bolívia (Estado Plurinacional da) e Uruguai. Na Argentina, a taxa média de inflação dada a conhecer pelos institutos estatísticos das províncias que realizam um levantamento mensal deste indicador e têm informação publicada a em outubro de 2013 (San Luis e Tierra del Fuego) registrou nesse mês um aumento de 25% em 12 meses.

Em outubro de 2013, El Salvador, Bahamas e algumas economias da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) anotavam inflações anuais inferiores a 1%, enquanto no Chile, Colômbia, Barbados e Belize os valores eram inferiores a 2%. Brasil, Bolívia (Estado Plurinacional da), Nicarágua, Trinidad e Tobago, Uruguai e Haiti, por sua vez, registravam inflações entre 5% e 10%. A República Bolivariana da Venezuela anotava a inflação mais elevada da região (51,2%¹⁰), seguida pela Argentina e Jamaica. As demais economias registravam taxas de inflação entre 2% e 5%.

O incremento da taxa de inflação na República Bolivariana da Venezuela, apesar da vigência de controles de preços para um grupo importante de produtos, obedece ao impacto nos preços internos da desvalorização da moeda nacional ocorrida em março de 2013 e do aumento da escassez de bens de consumo. Em outros países da região, em 2013 se implementaram medidas destinadas a mitigar a alta dos preços de alguns produtos. Em fevereiro, o Equador implementou controles de preços para 46 produtos alimentícios, incluindo carne, lácteos, ovos, frutas e verduras. Em abril, as autoridades argentinas decretaram o congelamento dos preços da gasolina e do diesel nas estações de serviço por um período de seis meses e se mantiveram os acordos entre o governo e os produtores e distribuidores locais para implementar controles voluntários de preços.

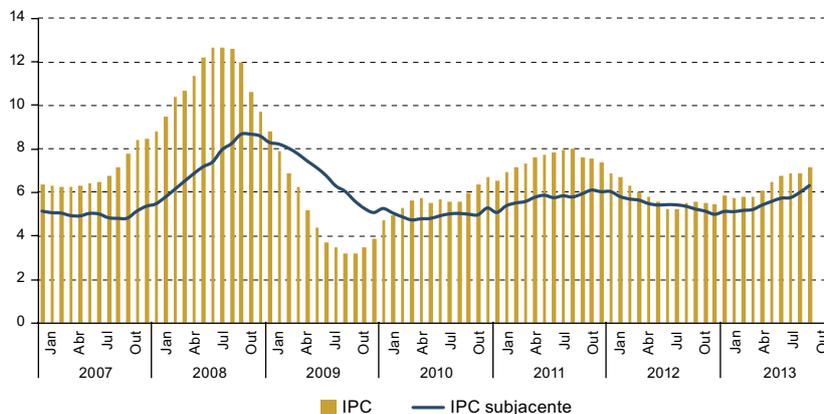
No que se refere à inflação subjacente, se aprecia em 2013 um comportamento similar ao registrado pela inflação geral (veja o gráfico V.11). Na região, a média simples da inflação subjacente em 12 meses acumulada em outubro foi de 6,3%, impulsionada por um maior aumento da inflação subjacente na Venezuela (República Bolivariana da), Argentina e Uruguai.

A subida das taxas de inflação suscita desafios adicionais às autoridades econômicas no que se refere à condução da política monetária, tomando em consideração o contexto internacional e a desaceleração do crescimento em relação aos anos precedentes. É o que ocorre no caso de Brasil, onde a taxa de inflação no primeiro semestre esteve muito próxima, ou inclusive acima, do limite superior da banda de objetivo inflacionário (6,5%), o que levou as autoridades monetárias a iniciar um processo de altas sustentadas da taxa de juros, num contexto de baixo crescimento econômico. Não obstante, mesmo que a inflação geral tenha cedido e anotado 5,8% acumulado em 12 meses a outubro (frente a 6,7% acumulado em 12 meses a junho), a inflação subjacente tem mantido uma trajetória de alta e em outubro era superior ao resultado apresentado pela inflação geral.

¹⁰ Medida pelo índice de preços ao consumidor da área metropolitana de Caracas.

Gráfico V.11

América Latina: taxa de variação em 12 meses do IPC, do índice preços dos alimentos e da inflação subjacente, média simples, janeiro de 2007 a outubro de 2013
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

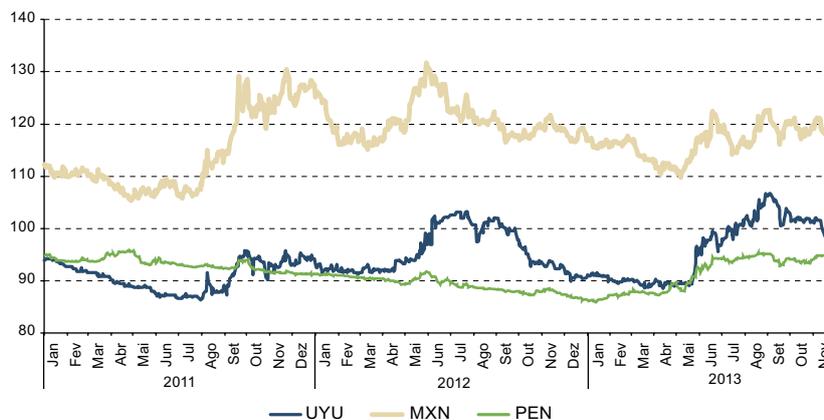
Aumentou a volatilidade cambial

No começo de maio de 2013, a melhora de distintos indicadores na economia dos Estados Unidos e os anúncios da Reserva Federal a respeito influíram nas expectativas dos mercados, contribuindo com a percepção de que a Reserva Federal começaria, em algum momento no futuro próximo, a reduzir suas compras de ativos. Isso poderia significar uma desaceleração paulatina do crescimento da liquidez internacional no futuro, ao mesmo tempo em que se registravam maiores indícios de desaceleração na economia chinesa, o que deteriorou as perspectivas de futuros aumentos de preços dos produtos básicos. Ambos os elementos levaram à depreciação das taxas de câmbio nominais entre maio e agosto dos países da região com maior grau de integração aos mercados internacionais de capitais, incluindo o Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai.

Em todos estes países, com a exceção da Colômbia, registraram depreciações de suas moedas superiores a 5% entre maio e novembro de 2013, apesar de certa volatilidade nas cotações a partir de então, devido a uma combinação de expectativas voláteis e à redução do crescimento ou a perspectivas de crescimento mais incertas em alguns países, com as conseguintes reduções das taxas de juros ou modificações nas condições de liquidez e crédito. Nos casos do Brasil e do Uruguai, as desvalorizações da moeda nacional nesse período foram de 12,5% e de 11%, respectivamente.

Gráfico V.12

México, Peru e Uruguai: taxa de câmbio nominal em relação ao dólar dos Estados Unidos, janeiro de 2011 a novembro de 2013^a
(Índice, janeiro de 2008=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a As moedas incluídas são: UYU: peso uruguaio; MXN: peso mexicano; PEN: novo sol peruano

Em outros países, o comportamento da taxa de câmbio obedeceu principalmente a fatores internos. Na Argentina, a taxa de câmbio nominal se depreciou ao longo de 2013, produzindo-se uma aceleração da depreciação mensal particularmente a partir de abril, num contexto de elevada inflação e rápido crescimento dos agregados monetários, ao mesmo tempo em que se registrava uma grande diferença entre a taxa de câmbio oficial e a do mercado paralelo em todo o período. Na República Bolivariana da Venezuela, a taxa de câmbio para as divisas fornecidas pela Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) se desvalorizou um 46,5% em fevereiro de 2013. Apesar disso, em 2013 se ampliou significativamente o diferencial em relação à cotação no mercado paralelo devido, entre outros fatores, à rápida aceleração da inflação neste ano, que em outubro alcançou 54,3% em 12 meses.

Gráfico V.13
Países selecionados: taxa de câmbio nominal em relação ao dólar dos Estados Unidos
 (Índice, janeiro de 2008=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.
^a As moedas incluídas são: CLP: peso chileno; BRL: real brasileiro; COP: peso colombiano.

A taxa de câmbio real efetiva extrarregional da América Latina e do Caribe registrou uma depreciação de 0,5% entre novembro de 2012 e novembro de 2013. Por sua vez, a taxa de câmbio real efetiva extrarregional na América do Sul se depreciou 1,3%, em média. Nos países da América Central como conjunto (incluída a República Dominicana) quase não se modificaram os níveis da taxa de câmbio extrarregional (0,1%), situação similar à ocorrida nos países do Caribe em conjunto (-0,2%).

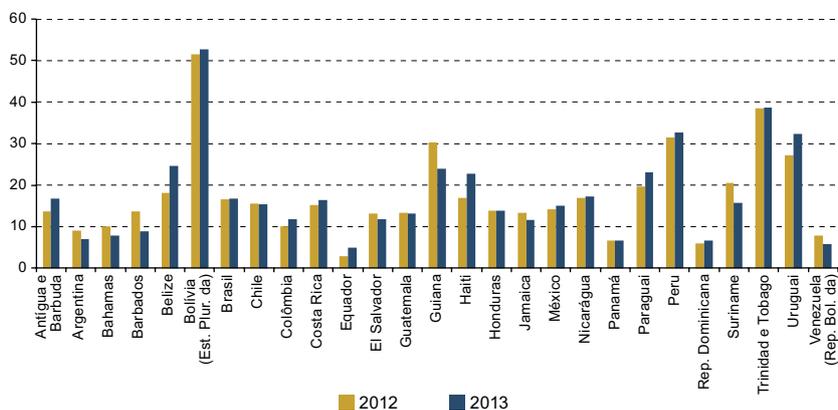
Entre novembro de 2012 e novembro de 2013, dez países registraram depreciações efetivas de suas moedas em relação a seus sócios comerciais. Em cinco países, as depreciações foram superiores a 5%: Chile (8%), Brasil (6,1%), Colômbia (5,5%), Jamaica (5,1%) e Peru (5,3%). No Estado Plurinacional da Bolívia se registrou uma apreciação efetiva de 4,4% neste período, devido a que a taxa de câmbio nominal se manteve *de facto* fixa como ferramenta antiinflacionária, em um contexto de inflação positiva e de depreciação das moedas de sócios comerciais importantes, como Brasil e Chile. No caso da República Bolivariana da Venezuela, a elevada inflação em 2013 compensou a desvalorização nominal do bolívar de fevereiro de 2013, fazendo com que a taxa de câmbio real efetiva do país continuasse sobrevalorizada: em novembro de 2013 seu nível era mais de 45% inferior ao nível médio registrado entre 1990 e 2009.

Deixou-se de acumular reservas internacionais

Depois de uma década de crescimento de dois dígitos, o nível das reservas internacionais da região em seu conjunto se manteve praticamente estável e passou de 14,8 % do PIB em 2012 a 14,7% em 2013. Algumas das principais causas deste comportamento das reservas internacionais são a contínua deterioração da conta corrente e o uso das reservas para atenuar a volatilidade do mercado cambial —especialmente de fortes desvalorizações— suscitada após o anúncio do possível fim dos programas de apoio por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos, em maio.

Nos países da região, o ritmo de acumulação de reservas em 2013 tomou caminhos divergentes. Entre dezembro de 2012 e novembro de 2013 se observaram aumentos das reservas internacionais em Belize (36%), Colômbia (16%), Paraguai (17%) e Uruguai (18%). Em outras economias, como Bolívia (Estado Plurinacional da), Costa Rica, Peru e México, também se registrou um incremento das reservas internacionais, embora o ritmo de acumulação tendesse a baixar durante a segunda metade do ano. Por outro lado, na Argentina e na Venezuela (República Bolivariana da) as reservas internacionais caíram mais de 20% neste período. As reservas também diminuíram em vários países do Caribe, como Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Suriname, dado que as entradas de divisas vinculadas à indústria do turismo e às atividades de investimento estrangeiro direto não foram suficientes para compensar o ritmo das saídas (veja o gráfico V.14).

Gráfico V.14
América Latina e Caribe (27 países): reservas internacionais brutas
como proporção do PIB, 2012 e 2013^a
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a As cifras que figuram no gráfico são as mais recentes disponíveis no momento de fechamento desta publicação (veja o anexo estatístico).

Frente às situações cambiantes que se enfrentaram em 2013, contrastam as medidas que tomaram nos primeiros meses do ano os bancos centrais da Colômbia e do Peru, que intensificaram a intervenção nos mercados de divisas e decidiram acumular reservas, com o que ocorreu a partir de maio, quando os bancos centrais do Brasil e do Peru intervieram vendendo dólares no mercado para reduzir a volatilidade oriunda da rápida depreciação de suas moedas após o anúncio de uma possível menor aquisição de ativos por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos.

A região adotou diversas políticas macroprudenciais

Em resposta à alta volatilidade do câmbio e dos preços de outros ativos presente em 2013, especialmente depois do aumento, em maio, das taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos, se implementou uma série de medidas macroprudenciais, a fim de fortalecer os sistemas financeiros e reduzir a exposição das economias aos vaivéns dos mercados internacionais.

Quadro V.4

América Latina e Caribe: medidas de política monetária, cambial e macroprudencial adotadas em 2013

País	Reforma
Argentina	Introduziram-se distintas medidas na área cambial, incluindo: impostos (dedutíveis dos impostos ao lucro), a operações com cartão de crédito no estrangeiro, primeiro, e depois também às compras de serviços turísticos e viagens; restrições ao saque de divisas com cartão de crédito, limitações à venda de divisas para as importações.
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Adotaram-se novas normas para permitir que o governo possa fixar as taxas de juros dos bancos comerciais e alocações de empréstimos obrigatórios a setores específicos ou ramos de atividade, como hidrocarbonetos e construção.
Brasil	As autoridades eliminaram os impostos sobre os derivativos em moeda estrangeira e a compra de títulos do Tesouro e a exigência de reservas sobre as posições "curtas" em dólares em poder dos bancos locais. O Banco Central estabeleceu um programa de leilão diário de swaps cambiais, com o fim de, por essa via, incidir sobre a cotação do dólar.
México	Aprovou-se uma nova lei contra a lavagem de dinheiro, que entrou em vigor para aumentar a supervisão das compras de bens, operações em moeda corrente, bem como de atividades e transações financeiras. Também se aprovou uma lei para introduzir novas ferramentas para monitorar a exposição ao risco da indústria do seguro, com o fim de incrementar a transparência e melhorar a administração do risco.
Peru	O Banco Central do Peru elevou os requisitos de depósito compulsório em moeda estrangeira, várias vezes desde abril de 2013, para, a partir de maio, começar a reduzi-los em várias oportunidades, especialmente daqueles para operações em soles. O Banco Central do Peru também elevou os limites de investimento estrangeiro para os fundos de pensão privados.
Suriname	O Banco Central elevou os requisitos de reserva compulsória no caso dos depósitos em moeda estrangeira.
Uruguai	Ampliou-se de 40% a 50% o depósito compulsório que rege para a compra por parte de não residentes dos instrumentos emitidos pelo Banco Central. Ainda, estendeu essa medida aos títulos emitidos pelo Ministério da Economia do Uruguai, sejam estes em moeda nacional ou em unidades indexadas. O governo elevou a reserva compulsória para os depósitos em moeda nacional e estrangeira, de 20% a 25% e de 40% a 45%, respectivamente.
Venezuela (República Bolivariana da)	O Sistema de Transações com Títulos em Moeda Estrangeira (SITME), uma plataforma para <i>swap</i> de títulos foi substituído pelo Sistema Complementar de Administração de Divisas (SICAD), um sistema de leilões de divisas.

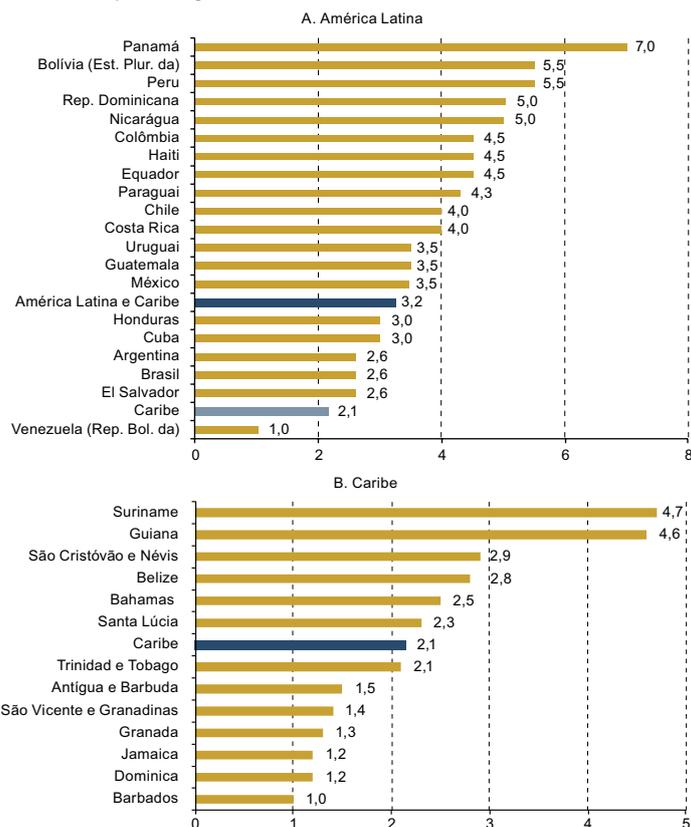
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial dos bancos centrais e dos ministérios da fazenda dos respectivos países.

Capítulo VI

Perspectivas

A evolução recente da economia dos Estados Unidos, Japão e Europa, junto com o desempenho levemente melhor que o inicialmente previsto para a economia da China, determinaram um moderado otimismo nas expectativas de crescimento mundial para 2014. Assim, projeta-se que a economia mundial se expandirá esse ano a um ritmo de 2,9% e que o crescimento se recuperará tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. No caso da América Latina e do Caribe, se prevê alguma aceleração do crescimento do PIB, que alcançaria uma taxa próxima a 3,2%, associado a uma conjuntura externa mais favorável, que contribuiria para um aumento das exportações. Este maior crescimento regional dependerá, em parte, de que prossiga a recuperação no México e melhore o crescimento do Brasil, visto que ambos cresceram menos que a média regional em 2013.

Gráfico VI.1
América Latina e Caribe: projeções do crescimento do PIB, 2014
(Em porcentagens, com base em dólares constantes de 2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Ao crescimento da região em 2014 seguirá contribuindo a expansão do consumo privado, embora com aportes menores que os observados nos anos precedentes, especialmente entre 2003 e 2008. Isto se deve a que a renda disponível crescerá menos que o PIB, em consequência de não se esperar melhoras significativas dos termos de troca (na América do Sul) ou aumentos das remessas (na América Central e no Caribe); da desaceleração do crédito comercial, já observada em 2013, e à expansão da massa salarial que será menor, devido de um aumento menos dinâmico do emprego, como se explica mais adiante. Alcançar taxas de crescimento mais altas dependerá em maior medida das possibilidades de aumentar as exportações e o investimento na região.

O ciclo expansivo dos preços das matérias-primas iniciado em 2003 tendeu a moderar-se a partir de 2011. Para 2014, frente a um panorama que inclui a lenta recuperação da Europa, a retomada parcial do crescimento nos Estados Unidos, e um crescimento na China similar ao experimentado em 2013, não se prevêem mudanças significativas nos preços dos produtos básicos de exportação da América Latina e do Caribe. A recuperação parcial da economia mundial poderia abrir algum espaço para aumentar o volume exportado pela região, bem como as exportações de serviços (especialmente turismo) e o recebimento de remessas; mas o crescimento da demanda interna na região, associado a certo dinamismo do consumo e a um eventual aumento do investimento, poderia acarretar um incremento das importações superior ao das exportações de bens e serviços. O anterior suscita para a região o risco de que a conta corrente da balança de pagamentos continue se deteriorando, como ocorre desde 2010.

Por sua vez, e apesar de que a região da América Latina e do Caribe continuará crescendo mais rápido que as economias desenvolvidas, se prevê uma estabilidade ou leve desaceleração dos fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto, devido a expectativas de uma moderação da demanda mundial por produtos básicos. Por outro lado, a menor disponibilidade de liquidez em nível internacional a partir da esperada redução de compra de ativos por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos em 2014 poderia incidir num menor fluxo de investimento de carteira e em novas saídas de fluxos financeiros externos, em particular daqueles mais voláteis, como os depósitos de curto prazo. O maior custo potencial dos recursos externos e a volatilidade da cotação das moedas da região, em um contexto de maior incerteza poderiam dissuadir alguns agentes, em especial privados, de recorrer agressivamente ao mercado financeiro internacional. Em suma, para a região em seu conjunto é provável que em 2014 a entrada de fluxos líquidos de recursos financeiros externos seja mais baixa. Isso poderia afetar os países da região de maneira diferenciada, já que as restrições ou riscos que surgem deste cenário serão menores para aqueles países com altos níveis de reservas, baixo nível de endividamento externo e amplo acesso aos mercados internacionais de capital, e maiores para outros países que não compartilham desta situação.

Depois do débil aporte do emprego à dinâmica da demanda interna em 2013, neste âmbito pode-se esperar uma moderada recuperação, mas sem que se retome a dinâmica geração de emprego observada a partir de 2003. Entre 1991 e 2002, um crescimento econômico regional de 4% resultou num aumento da taxa de ocupação de apenas 0,1 pontos percentuais por ano, ao passo que entre 2003 e 2012 um crescimento econômico similar gerou um incremento da taxa de ocupação de quase 0,5 pontos percentuais. Isto provavelmente foi o resultado de uma pauta de crescimento em que várias atividades produtoras de bens e serviços não transáveis (comércio, construção, serviços básicos, sociais e pessoais), intensivas em mão de obra, se expandiram com base em um crescimento gerado, cada vez mais, pelo dinamismo do consumo das famílias. No contexto de um debilitamento desta pauta, o reflexo do crescimento sobre a intensidade laboral pode reduzir-se. O fato de que em 2013 a elasticidade emprego-crescimento econômico para a região em seu conjunto se afastara das tendências prevaletentes nos últimos 10 ou 15 anos, fazendo com que se debilitasse a geração de emprego, sugere a possibilidade de uma inflexão em 2013, na medida em que o consumo deixe de apresentar o mesmo dinamismo mostrado no passado recente.

De modo simultâneo com o que poderia ser uma menor demanda de trabalho, a oferta de trabalho refletida na população em idade ativa vem se desacelerando devido a um relativo envelhecimento da população na maior parte dos países da região. Embora uma demanda laboral dinâmica possa contribuir a baixar ainda mais as taxas de desemprego, o menor número de desempregados tende a desacelerar a oferta de trabalho. Por outro lado, pode-se esperar que em 2014 se retome a tendência de longo prazo de um gradual aumento da participação laboral. Neste contexto, uma maior geração de emprego a partir da demanda laboral (emprego assalariado) poderia contribuir a melhorar a qualidade do emprego, ao substituir empregos de baixa produtividade por outros de níveis de produtividade mais elevados.

Portanto, parece razoável prever que em 2014 não se apresentaria uma intensidade da geração de emprego como aquelas registradas entre 2003 e 2012, mas tampouco se chegaria ao crescimento pouco intensivo em mão de

obra do período anterior. Desta maneira, com um crescimento econômico de 3,2% pode-se esperar um moderado aumento da taxa de ocupação, da ordem de 0,1 ou 0,2 pontos percentuais.

Por outro lado, na maioria dos países, em 2014 os salários reais continuariam crescendo. Para isto contribuiriam aumentos nominais que se beneficiam de níveis relativamente baixos do desemprego, bem como níveis de inflação restringidos em muitos países. Contudo, a limitada demanda laboral provavelmente incidiria num crescimento mais limitado dos salários em termos reais. Ainda assim, a partir de uma geração de emprego algo mais elevada que em 2013, pode-se estimar que em 2014 a massa salarial da região aumentaria um pouco mais que este ano, com o que o consumo privado na região também poderia crescer em forma modesta, quiçá a uma taxa maior que a de 2013, mas sem retomar o dinamismo dos anos precedentes.

É pouco provável que a política fiscal, para a região em seu conjunto, contribua para um aumento significativo do consumo. Ante a desaceleração recente do crescimento e a declinação dos termos de troca —tendências que prejudicaram as receitas do setor público— se adotaram, na região, políticas fiscais que evitavam ser pró-cíclicas. Condições de endividamento muito favoráveis, com abundante acesso a financiamento externo e interno e taxas de juros historicamente baixas, permitiram que em vários casos houvesse déficits fiscais com orientação anticíclica sem ameaçar a sustentabilidade fiscal de longo prazo. Há, obviamente, notórias exceções a este contexto geral, inclusive vários países do Caribe que contam com escassa margem para endividar-se e que estão obrigados a assumir duros processos de ajuste fiscal, ou países da América Central ou do Sul que enfrentam sérios desequilíbrios fiscais.

Para 2014 se prevê que a redução da liquidez internacional se traduza num endurecimento das condições de financiamento, o que provavelmente obrigará a limitar o ritmo de crescimento do gasto público e induzirá as autoridades a considerarem novas medidas para melhorar a arrecadação. Em outras palavras, em 2014 começará, dependendo do dinamismo das economias, um período um pouco mais severo e difícil de ajuste da posição fiscal, em um contexto de menor crescimento em comparação com o período compreendido entre 2003 e 2008.

Do mesmo modo, é possível prever algumas reformas tributárias, ao considerar que em vários países haverá eleições e se instalarão novos governos, que assumirão num ambiente de crescentes demandas da cidadania e bases tributárias declinantes. De qualquer modo, as reformas mais profundas ao imposto de renda terão efeitos em mais longo prazo, em caso de que se aprovem pacotes tributários em 2014.

Para os primeiros meses de 2014 também se espera que na América Latina e no Caribe, em geral, se mantenha a tendência de relaxar a política monetária e macroprudencial, com o fim de estimular o crescimento econômico na região, em um contexto de baixas taxas de inflação na maior parte dos países. Isto indica que, ante a desaceleração do crescimento do crédito já observada em 2013, se espera que em 2014 continuem sendo adotadas medidas para expandir o volume de crédito e baixar seu custo, tanto por meio de reduções dos depósitos compulsórios em alguns casos, como mediante recorte nas taxas de juros, em outros. São possíveis exceções a este comportamento a Argentina e a Venezuela (República Bolivariana da), países com importantes desafios macroeconômicos, bem como o Brasil, onde o ciclo de aumentos da taxa de juros de política está dirigido a reduzir as expectativas de inflação para níveis dentro da banda de oscilação em relação à meta do Banco Central do Brasil.

No que tange ao impacto do contexto externo, ante a perspectiva de que a redução gradual das compras de ativos por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos seja postergada para o segundo trimestre de 2014, numa conjuntura de taxas de desemprego ainda altas nesse país, e frente à discussão pendente (até fevereiro de 2014) acerca do aumento do teto da dívida pública, é pouco provável que se registrem modificações nas diretrizes de sua política monetária, pelo menos até fins do primeiro trimestre de 2014. No entanto, é possível que prossigam as intervenções periódicas dos bancos centrais dos países da região para reduzir a volatilidade excessiva do câmbio nominal de suas moedas em relação ao dólar.

Este cenário externo para 2014, que implica algumas melhoras nos níveis de atividade real e mudanças no ambiente financeiro global, oferece à região oportunidades que, sendo aproveitadas, poderiam dar lugar a um maior crescimento com igualdade. Logo após a crise financeira global, vários países puderam manter seu crescimento (ou evitar recessões) com base na expansão da demanda interna (consumo e investimento). A atual desaceleração do crescimento econômico parece indicar, no entanto, que o dinamismo de ambos os elementos encontra crescentes dificuldades para continuar impulsionando o crescimento dos países da região.

A desvalorização das moedas de vários países da região nos últimos meses, eventualmente reforçada por um possível redirecionamento dos fluxos financeiros para os países desenvolvidos, em caso de sustentar-se, poderia vir a fortalecer os incentivos para um maior investimento em setores transáveis diferentes daqueles onde se originam as exportações tradicionais da região (produtos básicos), com uma reorientação do gasto de modo a reduzir as pressões sobre a conta corrente. O anterior teria de ser complementado com a implementação de outras políticas que apoiem o crescimento, tais como políticas industriais, comerciais, ambientais, sociais e trabalhistas, atendendo à pequena e média empresa com vistas a reduzir a heterogeneidade estrutural existente na região. Assim se poderia reforçar a sustentabilidade econômica e social daquilo que deveria ser uma trajetória de crescimento com progressiva igualdade, com maiores aportes do investimento e das exportações que no passado recente. Como destacado em outros documentos da CEPAL, isso poderia conseguir-se mediante a subscrição de pactos sociais para o investimento.

Persistem fatores de incerteza que marcaram o entorno externo da região nos últimos anos: as possibilidades de que se repitam as divergências quanto a como enfrentar o limite da dívida pública nos Estados Unidos, com a conseguinte contração fiscal que ocasionaria a falta de um acordo; as necessidades de novos programas de apoio a alguns países da zona do euro que ainda não puderam superar o difícil quadro de suas finanças públicas, em um contexto de crescente fadiga social que aumenta a resistência aos ajustes, e tensões geopolíticas que poderiam afetar os mercados de hidrocarbonetos. Ademais, os anúncios de uma redução gradual dos estímulos monetários nos Estados Unidos e seus efeitos são apenas a fase inicial de um processo de normalização da liquidez global e das políticas monetárias dos países desenvolvidos após a crise financeira mundial. Restam ainda várias mudanças por serem realizadas e que também trarão incerteza e volatilidade no futuro. Uma delas é a normalização das planilhas dos bancos centrais das economias desenvolvidas, que se expandiram consideravelmente para enfrentar a crise, processo cuja reversão, visando a recuperar a sustentabilidade, demandará tempo e ajustes significativos nas finanças públicas e privadas.



Publicaciones de la CEPAL / *ECLAC publications*

Comisión Económica para América Latina y el Caribe / *Economic Commission for Latin America and the Caribbean*
Casilla 179-D, Santiago de Chile.

Véalas en: www.cepal.org/publicaciones
Publications may be accessed at: www.eclac.org

Contacto / Contact: publications@cepal.org

Revista CEPAL / *CEPAL Review*

La Revista se inició en 1976 como parte del Programa de Publicaciones de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, con el propósito de contribuir al examen de los problemas del desarrollo socioeconómico de la región. Las opiniones expresadas en los artículos firmados, incluidas las colaboraciones de los funcionarios de la Secretaría, son las de los autores y, por lo tanto, no reflejan necesariamente los puntos de vista de la Organización.

La Revista CEPAL se publica en español e inglés tres veces por año.

CEPAL Review first appeared in 1976 as part of the Publications Programme of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, its aim being to make a contribution to the study of the economic and social development problems of the region. The views expressed in signed articles, including those by Secretariat staff members, are those of the authors and therefore do not necessarily reflect the point of view of the Organization.

CEPAL Review is published in Spanish and English versions three times a year.

Informes periódicos institucionales / *Annual reports*

Todos disponibles para años anteriores / *Issues for previous years also available*

- *Balance Actualizado de América Latina y el Caribe 2012* - abril de 2013, 24 p.
- ***Updated Economic Overview of Latin America and the Caribbean 2012* - April 2012, 24 p.**
- *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2012*, 84 p.
- ***Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean 2012*, 82 p.**
- *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2012*, 162 p.
- ***Economic Survey of Latin America and the Caribbean 2012*, 154 p.**
- *Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe 2011-2012*, 126 p.
- ***Latin America and the Caribbean in the World Economy 2011-2012*, 116 p.**
- *Panorama Social de América Latina, 2012*, 252 p.
- ***Social Panorama of Latin America, 2012*, 238 p.**
- *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2011*, Documento informativo, 152 p.
- ***Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean 2011, Briefing paper*, 142 p.**
- *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2012 / Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean 2012*, 224 p.

Libros de la CEPAL

- 118 *Sistemas de innovación en Centroamérica. Fortalecimiento a través de la integración regional*, Ramón Padilla Pérez (ed.), 2013, 222 p.
- 117 *Envejecimiento, solidaridad y protección social en América Latina y el Caribe. La hora de avanzar hacia la igualdad*, Sandra Huenchuan, 2013, 190 p.
- 117 *Ageing, solidarity and social protection in Latin America and the Caribbean Time for progress towards equality*, Sandra Huenchuan, 2013, 176 p.**
- 116 *Los fundamentos de la planificación del desarrollo en América Latina y el Caribe. Textos seleccionados del ILPES (1962-1972)*, Ricardo Martner y Jorge Máttar (comps.), 2012, 196 p.

- 115 *The changing nature of Asian-Latin American economic relations*, German King, José Carlos Mattos, Nanno Mulder and Osvaldo Rosales (eds.), 2012, 196 p.
- 114 *China y América Latina y el Caribe. Hacia una relación económica y comercial estratégica*, Osvaldo Rosales y Mikio Kuwayama, 2012, 258 p.
- 114 *China and Latin America and the Caribbean Building a strategic economic and trade relationship*, Osvaldo Rosales y Mikio Kuwayama, 2012, 244 p.
- 113 *Competitividad, sostenibilidad e inclusión social en la agricultura: Nuevas direcciones en el diseño de políticas en América Latina y el Caribe*, Octavio Sotomayor, Adrián Rodríguez y Mónica Rodríguez, 2012, 352 p.
- 112 *El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe. Ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad*, Ricardo Infante (ed.), 2011, 384 p.
- 111 *Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos*, Simone Cecchini y Rodrigo Martínez, 2011, 284 p.
- 110 *Envejecimiento en América Latina. Sistema de pensiones y protección social integral*, Antonio Prado y Ana Sojo (eds.), 2010, 304 p.
- 109 ***Modeling Public Policies in Latin America and the Caribbean***, Carlos de Miguel, José Durán Lima, Paolo Giordiano, Julio Guzmán, Andrés Schuschny and Masazaku Watanuki (eds.), 2011, 322 p.
- 108 *Alianzas público-privadas. Para una nueva visión estratégica del desarrollo*, Robert Devlin y Graciela Mogueillansky, 2010, 196 p.
- 107 *Políticas de apoyo a las pymes en América Latina. Entre avances innovadores y desafíos institucionales*, Carlos Ferraro y Giovanni Stumpo, 2010, 392 p.
- 106 *Temas controversiales en negociaciones comerciales Norte-Sur*, Osvaldo Rosales V. y Sebastián Sáez C. (comps.), 2011, 322 p.

Copublicaciones recientes / Recent co-publications

- Decentralization and Reform In Latin America. Improving Intergovernmental Relations***, Giorgio Brosio and Juan P. Jiménez (eds.), ECLAC/Edward Elgar Publishing, United Kingdom, 2012.
- Sentido de pertenencia en sociedades fragmentadas. América Latina desde una perspectiva global*, Martín Hopenhayn y Ana Sojo (comps.), CEPAL/Siglo Veintiuno, Argentina, 2011.
- Las clases medias en América Latina. Retrospectiva y nuevas tendencias*, Rolando Franco, Martín Hopenhayn y Arturo León (eds.), CEPAL/Siglo XXI, México, 2010.
- Innovation and Economic Development. The Impact of Information and Communication Technologies in Latin America***, Mario Cimoli, André Hofman and Nanno Mulder, ECLAC/Edward Elgar Publishing, United Kingdom, 2010.
- Sesenta años de la CEPAL. Textos seleccionados del decenio 1998-2008*, Ricardo Bielschowsky (comp.), CEPAL/Siglo Veintiuno, Argentina, 2010.
- El nuevo escenario laboral latinoamericano. Regulación, protección y políticas activas en los mercados de trabajo*, Jürgen Weller (ed.), CEPAL/Siglo Veintiuno, Argentina, 2010.
- Internacionalización y expansión de las empresas eléctricas españolas en América Latina*, Patricio Rozas, CEPAL/Lom, Chile, 2009.

Coediciones recientes / Recent co-editions

- Juventud y bono demográfico en Iberoamérica*, Paulo Saad, Tim Miller, Ciro Martínez y Mauricio Holz, CEPAL/OIJ/UNFPA, Chile, 2012.
- Perspectivas económicas de América Latina 2013. Políticas de Pymes para el Cambio Estructural*, OCDE/CEPAL, Chile, 2012.
- Latin American Economic Outlook 2013. SME Policies For Structural Change***, OECD/ECLAC, Chile, 2012.
- Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2013*, CEPAL/FAO/IICA, Chile, 2012.
- Reforma fiscal en América Latina. ¿Qué fiscalidad para qué desarrollo?*, Alicia Bárcena y Narcís Serra (editores), CEPAL/SEGIB/CIDOB, Chile, 2012.
- La sostenibilidad del desarrollo a 20 años de la Cumbre para la Tierra. Avances, brechas y lineamientos estratégicos para América Latina y el Caribe*, CEPAL/Naciones Unidas, 2012.
- Sustainable development 20 years on from the Earth Summit. Progress, gaps and strategic guidelines for Latin America and the Caribbean***, ECLAC/United Nations, 2012.
- Perspectivas económicas de América Latina 2012. Transformación del Estado para el desarrollo*, CEPAL/OCDE, 2011.
- Latin America Outlook 2012. Transforming the State for Development***, ECLAC/OECD, 2011.
- Perspectives économiques de l'Amérique latine 2012. Transformation de l'État et Développement***, CEPAL/OCDE, 2012.
- Breeding Latin American Tigers. Operational principles for rehabilitating industrial policies***, Robert Devlin and Graciela Mogueillansky, ECLAC/World Bank, 2011.
- Espacios iberoamericanos: Hacia una nueva arquitectura del Estado para el desarrollo*, CEPAL/SEGIB, 2011.
- Espaços ibero-americanos: A uma nova arquitetura do Estado para o desenvolvimento***, CEPAL/SEGIB, 2011.
- Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe*, CEPAL/FAO/IICA, 2011.
- The Outlook for Agriculture and Rural Development in the Americas: A Perspective on Latin America and the Caribbean***, ECLAC/FAO/IICA, 2011.
- Pobreza infantil en América Latina y el Caribe*, CEPAL/UNICEF, Chile, 2010.

Cuadernos de la CEPAL

- 100 *Construyendo autonomía. Compromiso e indicadores de género*, Karina Batthyáni Dighiero, 2012, 338 p.
- 99 *Si no se cuenta, no cuenta*, Diane Alméras y Coral Calderón Magaña (coords.), 2012, 394 p.
- 98 **Macroeconomic cooperation for uncertain times: The REDIMA experience**, Rodrigo Cárcamo-Díaz, 2012, 164 p.
- 97 *El financiamiento de la infraestructura: Propuestas para el desarrollo sostenible de una política sectorial*, Patricio Rozas Balbontín, José Luis Bonifaz y Gustavo Guerra-García, 2012, 414 p.
- 96 *Una mirada a la crisis desde los márgenes*, Sonia Montaña (coord.), 2011, 102 p.
- 95 *Programas de transferencias condicionadas. Balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe*, Simone Cecchini y Aldo Madariaga, 2011, 226 p.
- 95 **Conditional cash transfer programmes. The recent experience in Latin America and the Caribbean**, Simone Cecchini and Aldo Madariaga, 2011, 220 p.
- 94 *El cuidado en acción. Entre el derecho y el trabajo*, Sonia Montaña Virreira y Coral Calderón Magaña (coords.), 2010, 236 p.

Cuadernos estadísticos de la CEPAL

- 40 *América Latina y el Caribe: Índices de precios al consumidor. Serie enero de 1995 a junio de 2012*. Solo disponible en CD, 2012.
- 39 *América Latina y el Caribe: indicadores macroeconómicos del turismo*. Solo disponible en CD, 2010.
- 38 *Indicadores ambientales de América Latina y el Caribe, 2009*. Solo disponible en CD, 2010.
- 37 *América Latina y el Caribe: Series históricas de estadísticas económicas 1950-2008*. Solo disponible en CD, 2009.

Observatorio demográfico / Demographic Observatory

Edición bilingüe (español e inglés) que proporciona información estadística actualizada, referente a estimaciones y proyecciones de población de los países de América Latina y el Caribe. Incluye también indicadores demográficos de interés, tales como tasas de natalidad, mortalidad, esperanza de vida al nacer, distribución de la población, etc.

Desde 2013 el Observatorio aparece una vez al año.

Bilingual publication (Spanish and English) providing up-to-date estimates and projections of the populations of the Latin American and Caribbean countries. Also includes various demographic indicators of interest such as fertility and mortality rates, life expectancy, measures of population distribution, etc.

Since 2013, the Observatory appears once a year.

Notas de población

Revista especializada que publica artículos e informes acerca de las investigaciones más recientes sobre la dinámica demográfica en la región, en español, con resúmenes en español e inglés. También incluye información sobre actividades científicas y profesionales en el campo de población.

La revista se publica desde 1973 y aparece dos veces al año, en junio y diciembre.

Specialized journal which publishes articles and reports on recent studies of demographic dynamics in the region, in Spanish with abstracts in Spanish and English. Also includes information on scientific and professional activities in the field of population.

Published since 1973, the journal appears twice a year in June and December.

Series de la CEPAL

Comercio Internacional / Desarrollo Productivo / Desarrollo Territorial / Estudios Estadísticos y Prospectivos / Estudios y Perspectivas (Bogotá, Brasilia, Buenos Aires, México, Montevideo) / Studies and Perspectives (The Caribbean, Washington) / Financiamiento del Desarrollo / Gestión Pública / Informes y Estudios Especiales / Macroeconomía del Desarrollo / Manuales / Medio Ambiente y Desarrollo / Mujer y Desarrollo / Población y Desarrollo / Políticas Fiscales / Políticas Sociales / Recursos Naturales e Infraestructura / Reformas Económicas / Seminarios y Conferencias.

Véase el listado completo en: www.cepal.org/publicaciones / A complete listing is available at: www.eclac.org/publications

Las publicaciones de las Naciones Unidas y de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) se pueden adquirir a través de:

Publicaciones de las Naciones Unidas
National Book Network
15200 NBN Way
Blue Ridge Summit, PA 17214
Estados Unidos

Tel. (1 888)254-4286
Fax (1-800)338-4550
Contacto: publications@un.org
Pedidos: order@un.org

Publications of the United Nations and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) can be ordered through:

United Nations Publications
National Book Network
15200 NBN Way
Blue Ridge Summit, PA 17214
USA

*Tel. (1 888)254-4286
Fax (1-800)338-4550
Contact: publications@un.org
Orders: order@un.org*

www.un.org/publications



COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)
COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL)

Publicação das Nações Unidas
Fevereiro de 2014
Copyright © Nações Unidas 2014
Impresso em Santiago do Chile